

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CORRIGIDA

113

Curso C-PEM 2002.....

Partido TI.....

Solução do P-III-6 (Mo) - MONOGRAFIA.....

Apresentada Por

RAUL JOSÉ DE ABREU STURARI.....

CORONEL DE INFANTARIA.....

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

2002



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

— CIVIS, POLÍTICA E SEGURANÇA NACIONAL NA NOVA REPÚBLICA —

RAUL JOSÉ DE ABREU STURARI
Coronel de Infantaria

2002



Depos: 60788
Ex: 96928

MB - EGN
BIBLIOTECA
23/09/2003
N.º 5834

MARITIM DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL

RAUL JOSÉ DE ABREU STRECHT
Comandante de Armas

Sturari, Raul José de Abreu, 1954 –

Civis, Política e Segurança Nacional na Nova República / Raul José de Abreu Sturari
– Rio de Janeiro : EGN, 2002.

vii, 48 f.

Monografia: C-PEM, 2002.

Bibliografia: f. K-1 – K-4.

1. Política de Defesa Nacional. 2. Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 3. Conselho de Defesa Nacional. 4. Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 5. Ministério da Defesa. 6. Escola Superior de Guerra. 7. Universidade Nacional de Defesa dos EUA. 8. Institutos superiores de ensino das Forças Armadas. 9. Centros e núcleos de estudos estratégicos. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.



Tema: O Setor Político e as questões relacionadas com a Segurança Nacional.

Título: CIVIS, POLÍTICA E SEGURANÇA NACIONAL NA NOVA REPÚBLICA.

Tópicos a abordar:

- o relacionamento entre políticos civis e militares — síntese histórica;
- análise conjuntural e processo decisório para a formulação e a condução de Políticas e Estratégias de Segurança e Defesa Nacionais;
- a classe política e a ocupação de cargos diretamente relacionados aos assuntos de Segurança e de Defesa Nacionais;
- elite política e os assuntos de defesa;
- relacionamento entre os políticos civis que ocupam cargos diretamente relacionados aos assuntos de defesa e as autoridades militares;
- formação e especialização de civis em assuntos de Segurança e de Defesa Nacionais;
- perspectivas;
- o que mudar?

Proposição:

Estudar o histórico do relacionamento entre a classe política e a classe militar, concluindo sobre seus reflexos para a conjuntura atual. Descrever a doutrina vigente para a análise conjuntural e o processo decisório para a formulação e condução de Políticas e Estratégias de Segurança e Defesa Nacionais. Analisar o perfil dos integrantes da elite política que ocupam cargos diretamente relacionados aos assuntos de Segurança e de Defesa Nacionais. Examinar o relacionamento entre a elite política e as autoridades militares, suas posturas e as atitudes. Formular perspectivas e propor mudanças que possibilitem ampliar a eficácia dos processos, seja no âmbito das Forças Armadas, seja nos modelos de formação e especialização de civis em assuntos de Segurança e de Defesa Nacionais.

Número de palavras: 11.485

SUMÁRIO

	PÁGINA
Introdução	v
CAPÍTULO 1 - AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES – SÍNTESE HISTÓRICA	1
- SEÇÃO I – O PERÍODO COLONIAL	1
- SEÇÃO II – O IMPÉRIO	5
- SEÇÃO III – A REPÚBLICA	6
CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS DE DEFESA NA CONJUNTURA ATUAL .	11
- SEÇÃO I – A NOVA REPÚBLICA	11
- SEÇÃO II – O CONGRESSO NACIONAL	12
- SEÇÃO III – A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	13
- SEÇÃO IV – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	16
- SEÇÃO V – A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL EM VIGOR	16
- SEÇÃO VI – O MINISTÉRIO DA DEFESA	17
CAPÍTULO 3 - A ELITE POLÍTICA E A SEGURANÇA NACIONAL	21
- SEÇÃO I – O CONGRESSO NACIONAL	21
- SEÇÃO II – A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	24
- SEÇÃO III – O MINISTÉRIO DA DEFESA	24
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO DE CIVIS	31
- SEÇÃO I - A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)	31
- SEÇÃO II - A “NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY” (NDU)	35
- SEÇÃO III - AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	39
- SEÇÃO IV - OS INSTITUTOS SUPERIORES DA FORÇAS ARMADAS	41
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES	43
ANEXO A – COMPOSIÇÃO DA CREDN - SENADO FEDERAL	A-1
ANEXO B – CREDN/SENADO – PROFISSÕES DOS TITULARES	B-1
ANEXO C – CREDN/SENADO – SÍNTESE DAS PROFISSÕES	C-1
ANEXO D – COMPOSIÇÃO DA CREDN - CÂMARA DEPUTADOS	D-1
ANEXO E – CREDN/CÂMARA – FORMAÇÃO DOS TITULARES	E-1
ANEXO F – CREDN/CÂMARA – SÍNTESE DAS GRADUAÇÕES	F-1
ANEXO G – “CURRICULUM VITAE” – Dr ÉLCIO ALVAREZ	G-1
ANEXO H – “CURRICULUM VITAE” – Dr GERALDO QUINTÃO	H-1
ANEXO I – CARGOS COMISSIONADOS – MINISTÉRIO DA DEFESA ...	I-1
ANEXO J – CARGOS COMISSIONADOS – SÍNTESE DO PERFIL ACADÊMICO	J-1
BIBLIOGRAFIA	K-1

INTRODUÇÃO

“A Guerra é importante demais para ser deixada aos generais”

(Georges Clemenceau, ex-ministro da França).

Os civis sempre tiveram destacadas responsabilidades militares na defesa dos mais caros valores cultuados pela Nação, exceto, talvez, em reduzidos períodos da nossa História. Da mesma maneira, os militares estiveram presentes na formação e na evolução do Estado brasileiro, com marcante ingerência sobre o setor público em geral e o poder político, em particular.

Os primórdios dessa simbiose podem ser encontrados na antiga tradição militar portuguesa que representava, já no descobrimento do Brasil, uma importante característica da história anterior da metrópole. Praticamente todos eram, ao mesmo tempo, civis e militares durante o período de formação e consolidação, nos séculos XII e XIII, quando foram expulsos os mouros infiéis e se estabeleceram os limites nacionais, em um processo típico de cruzada. Segundo o historiador Carlos Selvagem, “O reino, embora pequeno, era um acampamento no qual a população permanecia em alerta constante para a guerra” (38: 43). Oliveira Vianna buscava caracterizar essa sociedade medieval onde “apenas o serviço militar era nobre, somente ele honrava e dignificava” (45: 31). Essa condição permitia ao rei convocar, se necessário, toda a população para a guerra, fazendo do semestreiro (ou soldado-fazendeiro) a base do sistema militar.

A partir do século XV, a escola de Sagres e seus mestres navegantes fizeram com que Portugal se engajasse pioneiramente nas conquistas marítimas. Os exploradores que partiam eram ao mesmo tempo cruzados e agentes do Estado — estadistas e soldados.

Essa estrutura paramilitar, transladada para as colônias lusitanas estabelecidas não só ao longo do périplo africano, mas também na América e na Ásia, servia ao rei como eficaz instrumento de fiscalização e execução das ordens emanadas das cortes, bem como no fortalecimento e no delineamento das instituições sociais e políticas.

Esses antecedentes político-militares e psicossociais terão, no Brasil, importantes reflexos. Um estudo do histórico relacionamento entre civis e militares — sintetizado no primeiro capítulo deste trabalho — permitirá concluir sobre antagonismos ou parcerias, sobre união ou rivalidades. A seguir, será apresentada uma análise da conjuntura atual, enfocando o processo decisório para a formulação e a condução de Políticas e Estratégias de Segurança e Defesa Nacionais¹, bem como a recente estrutura organizacional do Estado, criada para este setor.

Como será demonstrado, expressiva parcela desse processo cabe atualmente a um segmento composto por civis, com a prerrogativa de posturas e atitudes que, não raras vezes, são adotadas à revelia dos representantes dos mais altos cargos da hierarquia militar. Torna-se, pois, imprescindível para os integrantes da Forças Armadas conhecer as idiosincrasias e peculiaridades que caracterizam esses cidadãos, bem como de potenciais aspirantes aos cargos referenciados, por ocasião de naturais mudanças de governo.

Para isso, adiante serão expostas as conclusões de diversas pesquisas efetuadas a partir de currículos disponibilizados da “internet”, bem como de pesquisas de campo, realizadas com o imprescindível apoio da seção de recursos humanos do Gabinete do Ministério da Defesa, buscando traçar o perfil acadêmico-profissional da elite política

¹ Segurança não é um processo, mas um estado; não é causa, mas condição. Defesa implica em processos e atividades necessários para que se possa alcançar o desejável estado de Segurança. Uma vez que todos os segmentos da sociedade são responsáveis por ambos, neste trabalho, por vezes, os termos Segurança Nacional e Defesa Nacional serão usados indistintamente.

encarregada dos assuntos de Defesa e saber o que lhe está sendo ministrado em cursos a ela destinados, bem como examinar os cargos ocupados e as características que marcam o atual relacionamento com as autoridades militares.

A formação e especialização de civis em assuntos de Segurança e de Defesa Nacionais constituem o cerne do quarto capítulo, onde serão examinadas as principais instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, que oferecem ou têm potencial para oferecer cursos na área de Segurança, Defesa, Política e Estratégia.

Finalmente, no último capítulo, serão sintetizadas as perspectivas mais prováveis, em face da conjuntura atual, bem como as mais importantes propostas de aperfeiçoamento da sistemática em vigor, de modo a que sucessivos governos venham a contar com quadros de cidadãos civis plenamente capacitados para operar na sensível área de Segurança e Defesa, auxiliando o Brasil a buscar o lugar que lhe cabe no concerto das nações.

CAPÍTULO 1

AS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES – SÍNTESE HISTÓRICA

“... um retorno ao antigo padrão de relacionamento civil-militar torna-se muito mais difícil ...”

(Alfred Stepan in 42: 196).

SEÇÃO I – O PERÍODO COLONIAL

O início da efetiva colonização portuguesa na América — com o estabelecimento do sistema de capitanias hereditárias — já trouxe importantes implicações no que concerne ao estabelecimento dos poderes civil e militar. Ao donatário eram outorgados simultaneamente os títulos de Governador e Capitão-Mor, segundo a tradição do estadista-soldado. Os colonos que se estabeleciam nas terras do donatário eram obrigados a prestar-lhe serviços, inclusive o feudal tributo de sangue, ou seja, apoio militar. Assim eram formadas as forças bélicas, empregadas para a defesa contra os ataques indígenas e as invasões estrangeiras.

Em 1548, com a instituição do Governo-Geral do Brasil, estabelecido na central Salvador, foi Tomé de Sousa nomeado Governador e Capitão-Geral, combinando também, a exemplo dos donatários, responsabilidades políticas e militares. Sua expedição trouxe a primeira tropa regular para a Colônia, que contava com oficiais de linha e um efetivo de 600 homens. “O Governador-Geral comandava todas as forças da colônia, assessorado pelos capitães-mores das capitanias e pelo Capitão-Mor da costa, este incumbido especialmente de organizar a defesa e a vigilância do litoral” (1: 44).

Assim deram continuidade os outros Governadores-Gerais, Duarte da Costa e Mem de Sá, cujo sobrinho, Estácio de Sá, foi o responsável pela mais importante expedição militar do século XVI, no Brasil, que levou a cabo a difícil missão de expulsar os franceses da baía de Guanabara.

Um característico exemplo de ação do rei no sentido de combinar responsabilidades políticas e militares é o “Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da Gente de Cavallo e de Pé”, de 1570. De acordo com esse regulamento, em toda cidade, vila ou conselho, o alcaide-mor e senhores eram designados também capitães-mores. Nessas condições, os donatários, os seus representantes nas respectivas capitanias, os alcaides-mores e outros detentores de qualquer forma de governo — por provisão geral ou dos representantes do rei — tornavam-se também comandantes militares.

Cabia-lhes escolher os capitães, alferes e sargentos, bem como os demais graduados das companhias. Quando não houvesse senhores ou alcaides-mores, ou mesmo pessoas já providas de capitanias, procedia-se à eleição na presença do corregedor ou provedor da comarca mais próxima. Para os cargos de capitães, especialmente mores, eleger-se-iam os principais do lugar que tivessem qualidades para as funções.

Foi essa estrutura que permitiu a organização militar que promoveu a Insurreição Pernambucana, em meados do século XVII. As tropas eram chefiadas por poucos líderes experientes, mas que souberam em pouco tempo transmitir conhecimentos básicos militares aos homens do povo. Essa verdadeira epopéia brasílica — que reuniu portugueses, negros e índios, na condição de brasileiros de diversos matizes — logrou expulsar o invasor holandês, mesmo sem o auxílio da coroa portuguesa. Inusitados eram os métodos dos patriotas, que combinavam, já naquela época, movimento, dispersão e emboscadas, mercê da vivacidade e intuição dos comandantes.

“Com toda a autoridade de mestre da guerra brasílica ou de emboscada, Antonio Dias Cardoso, ao representar os luso-brasileiros na troca de mortos e prisioneiros, respondeu a um oficial inimigo, que assegurava vencê-lo no próximo confronto, com a mesma tática da dispersão: ‘Melhor para nós, pois cada soldado nosso é um capitão, enquanto cada um dos vossos necessitará um capitão ao lado para combater’. Dias Cardoso estabelecia assim a diferença entre o soldado patriota, encaminhado à luta por motivos espirituais, e o mercenário, engajado por dinheiro” (1: 138).

Em todo o período colonial, merece destaque a organização militar das Entradas e Bandeiras. Foram seus componentes que — combinando atividades de cartógrafos, exploradores, ministros religiosos, representantes políticos do rei e, principalmente, militares — estruturaram uma formidável cadeia de apoio logístico, à semelhança de uma operação bélica de grande envergadura, a qual proporcionou as condições para que fossem fundados inúmeros povoados, barrando o avanço da colonização espanhola no Sul e empurrando os limites territoriais Norte e Oeste até os contrafortes andinos.

O exército regular português, contudo, só viria a ter seu efetivo embrião na colônia a partir do século XVIII, pela necessidade de proteger as minas gerais e evitar o crescente contrabando. A mistura entre o político e o soldado, contudo, permanece como doutrina da metrópole. Como descreve Sodré, “Foram criados regimentos especiais da nobreza e dos privilegiados para atrair (para as instituições militares) elementos de confiança que estariam em consonância com a Coroa” (40: 46).

Essas tropas, contudo — compostas em sua maioria por brasileiros natos ou de portugueses que já haviam adotado o Brasil como sua nova pátria — estavam profundamente envolvidas com os problemas da colônia e as crescentes dificuldades para arrecadar os pesados impostos requeridos pela Coroa. Esse foi certamente um dos principais fatores que contribuíram para que o sistema de fiscalização e coleta não alcançasse os resultados esperados.

Foi então que, pela primeira vez na história da colônia, alterava-se significativamente a instituição do estadista-militar, burocrata-militar, fazendeiro-militar, padre-militar ou empresário-militar. As cortes passaram a empreender progressiva substituição dos postos de comando, privilegiando quase que exclusivamente os oficiais portugueses e diminuindo sensivelmente a superposição entre o público e o privado, que havia no preenchimento de posições militares pela classe colonial dominante.

A repressão ao contrabando foi incrementada, uma vez que os comandantes portugueses, distanciados da realidade local, exigiam das tropas cada vez mais efetividade, mesmo com altos custos sociais e repercussões negativas junto à população.

Os militares brasileiros, contudo, permaneciam integrando as graduações inferiores e alguns postos do oficialato. Foram eles que, atuando em sentido inverso, tiveram participação decisiva nos principais movimentos de libertação colonial, como atestam os episódios da Inconfidência Mineira, da Conjuração Baiana e da Revolução Pernambucana de 1817. Nessa última, “A força portuguesa, sob o comando do Gen Jorge de Avilez de Souza Tavares, que dominou a revolução, considerou todo oficial brasileiro como conspirador em potencial, e as oportunidades de promoção para oficiais brasileiros tornaram-se ainda mais limitadas” (27: 33).

Essa perfeita simbiose entre o civil e o soldado, cultivada desde os primórdios da formação nacional, será marcante por ocasião do processo de independência. O episódio que mais tarde seria conhecido como “O Fico” foi envolvido em um sério contencioso entre D. Pedro e o citado General Avilez — então comandante das Armas da Corte — tendo este conspirado e decidido pelo uso da força, só não chegando às vias de fato pela oportuna convocação de um improvisado exército de patriotas, ou seja, civis que, em poucas horas, transformaram-se em militares. Alguns Oficiais brasileiros, partidários do

Príncipe, em muito pouco tempo recrutaram mais de seis mil voluntários, dispostos a defender as aspirações populares, mesmo sem ter o preparo e o material suficientes. “A nação armada levantou-se pela causa da independência brasileira” (27: 34).

SEÇÃO II – O IMPÉRIO

Durante o império, a Marinha e o Exército, nascidos do povo e já institucionalizados, foram fundamentais para a manutenção da América portuguesa unida, seja debelando as rebeliões internas, seja lutando contra os invasores. Nesse período, destaca-se também o papel da Guarda Nacional, cuja oficialidade era composta de líderes locais com capacidade de recrutamento de tropas, sempre que requerido pelo poder central. Mais uma vez a simbiose civil-soldado.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, foram os civis que, na condição de Voluntários da Pátria, contribuíram decisivamente para evitar que parcela do território nacional caísse definitivamente em mãos inimigas. Após a guerra, contudo, as instituições militares foram relegadas ao segundo plano. A miopia dos políticos permitia inferências que previam um longo período de paz e, portanto, Forças Armadas dispensáveis, porque supérfluas. A Marinha e o Exército foram drasticamente reduzidos, desestimulados e desprestigiados.

O corpo permanente, contudo, manteve-se firmemente ativo e acompanhando cerradamente a situação. A monarquia exauria-se, impossibilitada de construir o progresso almejado. Foram os militares que, em perfeita sintonia com as aspirações de uma nação que ansiava por profundas reformas, apoiaram decisivamente a abolição da escravatura e promoveram a República, de maneira rápida e incruenta. Os dois primeiros presidentes foram militares, num período em que os oficiais passaram a participar ativamente da vida política do país: dez se tornaram governadores de Estado;

40 foram eleitos entre os 206 parlamentares; e 174 trabalhavam em 1893 na administração pública federal.

“Joaquim Nabuco, um estadista brasileiro que atuou nos regimes imperial e republicano, descreve da seguinte forma o início da república em 1889: no dia em que se proclamou a república, podia-se perceber que a nação queria um governo militar para poder manter a unidade, porque o espírito militar permanecia de um canto a outro do país, vale dizer, tinha amplitude nacional, e porque era preciso manter parte da antiga tolerância, já que o Exército está acima das ambições pessoais que se expressam nas lutas partidárias e que, sem a monarquia, iriam conduzir o país para o barbarismo” (25: 04).

SEÇÃO III – A REPÚBLICA

Consolidado o novo regime, os militares se retiraram para os quartéis, após convocar as eleições que conduziram Prudente de Moraes ao poder. Permaneceram, todavia, os soldados como atentos cidadãos que, inconformados com os desmandos e com a ineficiência, voltariam novamente à cena em 1922, com o movimento denominado tenentismo, que em 1930 conduziria à chefia da nação Getúlio Vargas.

Azevedo Amaral, considerado o ideólogo do Estado Novo, assim se refere ao período: “A essência do regime envolve o conceito de militarização do estado (...) Estado e Nação constituem uma união, que é completada pela perfeita integração das Forças Armadas na organização política, como elementos de execução nas aspirações do Estado” (27: 167).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a Nação houve por bem se posicionar firmemente contra o nazismo e o fascismo, ideologias totalitárias que contrariavam o modo de vida, os costumes e a cultura do povo brasileiro. A Força Expedicionária Brasileira — que no Velho Mundo contribuiu para garantir a liberdade do Ocidente — embora tivesse sua espinha dorsal formada por militares profissionais, era constituída, em sua maior parte, por civis, na condição de reservistas convocados pelo chamado da

Pátria. Civis-militares, que têm recebido suas pensões dos orçamentos destinados às Forças Armadas e por elas administrados, mesmo tendo retornado à vida civil após a guerra.

Ao término do conflito, foram os militares que trabalharam pelo fim do período ditatorial — que perdurava por cerca de uma década e meia — e implementaram a plena normalidade democrática. As eleições indicaram que o povo, uma vez mais, preferia um soldado-político, pois sagrou-se vencedor o Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Anos depois, no início da década de 60, o quadro político-institucional configurava-se como de extrema gravidade. Governantes pusilânimes e mal-intencionados, aliados a representantes da esquerda totalitária internacional, promoviam as condições para, com um golpe de estado, levar o país ao comunismo, retrógrado e tirânico.

O povo reagiu. Não era possível aceitar passivamente uma cubanização da pátria brasileira. As multidões, normalmente apáticas, saíram às ruas em marchas “da família com Deus pela liberdade”, clamando por democracia, e contra o comunismo. A situação era grave e complexa, uma vez que em todos os segmentos da sociedade — inclusive nas instituições militares — havia adeptos e simpatizantes da ditadura marxista. A hierarquia e a disciplina, pilares básicos sobre os quais se assentam a eficácia das Forças Singulares, estavam sendo seriamente comprometidas pelas autoridades constituídas. Uma vez mais, o soldado viu-se compelido a interferir na vida política do Brasil.

A Revolução Democrática de 31 de março de 1964 foi realizada de maneira rápida e incruenta, como sói acontecer quando as armas são competentes e apoiadas pela maioria da população. O regime militar que se seguiu por vinte e um anos marcou profundamente nossa história recente, com reflexos significativos em todos os setores da vida nacional e, por extensão, no atual relacionamento entre civis e militares.

O desenvolvimento sócio-econômico experimentado nesse período — em que os dirigentes máximos da nação foram soldados-políticos — não encontra paralelo na história do Brasil. A base industrial, antes precária, foi remodelada e incrementada; energia, matérias-primas, telecomunicações e transportes, oferecidos pelo Estado, proporcionaram a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento; passamos de 48ª para 8ª economia mundial. Houve expressiva melhora em todos os indicadores sociais: enquanto a população cresceu 67%, o número de estabelecimentos de saúde aumentou em 867%; o índice de analfabetismo, que era de 48%, passou a 26%; e o número de matrículas do ensino fundamental foi incrementado em 1.100%¹. É falsa a imagem, transmitida à exaustão por críticos daquele período, de que a economia melhorou e as condições sociais pioraram.

No que diz respeito ao campo político-ideológico, contudo, diversos outros fatores merecem ser analisados. O contexto da Guerra Fria — que produziu uma dicotomia mundial entre o Oriente comunista e o Ocidente capitalista — não permitia outras escolhas, apesar de o Brasil ter, por diversas vezes, se posicionado oficialmente no bloco dos países não-alinhados. A opção dos soldados-políticos pela democracia capitalista, em perfeita sintonia com os objetivos e as aspirações do povo brasileiro, foi a mais acertada possível. Prova patente foi o posterior fracasso mundial do socialismo comunista, caracterizado na década de 90 pelo desmoronamento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Um fator, porém, impedia a simples opção não-conflituosa: o Movimento Comunista Internacional — por meio do principal centro irradiador, a URSS, ou por meio de centros intermediários ou secundários, como a China, a Albânia e Cuba — apoiava com recursos financeiros e materiais, treinamentos e farto material didático

¹ Dados retirados dos Anuários Estatísticos do Brasil, edições de 1964 e 1985.

todos os brasileiros que, pelos mais diversos motivos, desejavam implantar no país um governo de ideologia marxista-leninista.

Subversão, agitação e propaganda, guerrilha urbana — inclusive terrorismo — e guerrilha rural eram algumas das atividades levadas a efeito por diversas organizações clandestinas, obrigando os poderes constituídos a lançar mão da contraguerrilha, da repressão, da censura e de outras formas de proteção do Estado. Graças a uma pronta, efetiva e eficaz ação dos órgãos governamentais, integrados por civis e militares, o que se viu foi uma fragorosa derrota das esquerdas armadas, seja na cidade, seja no campo, evitando que a nação fosse consumida por prolongados conflitos internos, a exemplo do que ocorre atualmente com países vizinhos, como o Peru e, principalmente, a Colômbia onde, em 2002, a principal organização guerrilheira completou trinta e oito anos de existência.

No campo das idéias, todavia, as batalhas foram diferentemente travadas. Os ideólogos encontraram, nas universidades, nas faculdades, nos meios literários e, por extensão, na imprensa amordaçada, o terreno de que precisavam para multiplicar suas idéias e cultivar, nas jovens mentes dos estudantes, a utopia enviesada de um sistema de governo que, para chegar a ser fraterno e igualitário, precisava antes passar pela ditadura do proletariado, que elimina fisicamente seus oponentes e subjuga pela força as populações civis.

Assim, nas últimas três décadas, foram formadas, sob a estreita ótica do materialismo dialético, gerações e gerações de profissionais de todas as áreas, principalmente de ciências humanas e sociais. As práticas revisionistas, tão comuns em países comunistas, foram aqui amplamente empregadas. Aos alunos foi falaciosamente ensinado que nossa História é pobre; que nossos vultos históricos foram “fabricados pelas elites”; que somos os piores do mundo; e que nossos militares são autoritários,

truculentos e responsáveis por todas as mazelas do país. Assim foram formados os professores que, hoje, ensinam nossos filhos nas escolas de ensino médio e fundamental.

A Revolução Democrática de 31 de março de 1964, em suma: ratificou a acertada opção da nação brasileira pela democracia capitalista, em contraposição ao totalitarismo comunista, o grande fracasso ideológico do século XX; promoveu o maior desenvolvimento da nossa história, com significativas conquistas econômicas e sociais; e subjugou pelas armas a esquerda subversiva, terrorista e guerrilheira, que ameaçava exaurir o país. Por outro lado, infelizmente, permitiu que os ideólogos de plantão se instalassem nos centros acadêmicos e em outras instituições político-sociais, disseminando idéias e ideais que, além de anacrônicos, têm buscado — em bases falsas — criar uma perniciosa dicotomia civil-militar.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS DE DEFESA NA CONJUNTURA ATUAL

“... a discussão do tema deixou de se restringir a círculos especializados e passou a incluir, democraticamente, amplos setores da sociedade”

(Fernando Henrique Cardoso in 15: 285).

SEÇÃO I – A NOVA REPÚBLICA

Findo o ciclo revolucionário, a plena normalidade democrática ensejou a retirada dos militares da arena político-partidária. No atual período — que se convencionou denominar de Nova República — diversos episódios políticos e seus desdobramentos já marcaram profundamente a história do país, tais como: promulgação de uma nova Carta Magna, em 1988; realização de eleições gerais, diretas e universais em todos os níveis; impedimento e afastamento do presidente da república, em 1992; afastamento do presidente do Senado Federal, em 2001. Em todos os casos, as instituições democráticas deram vivas mostras de estarem inseridas em um quadro de clara estabilidade, passível somente de ser abalado por uma grave crise econômica.

As Forças Armadas, embora tenham sido mantidas como garantes da Pátria — nos termos do art. 142 da Constituição Federal (CF) — vêm sendo acentuadamente influenciadas por um completo reordenamento institucional, com reflexos diretos sobre a formulação e condução de políticas e estratégias de Segurança e Defesa nacionais.

SEÇÃO II – O CONGRESSO NACIONAL

No Brasil, o Poder Legislativo, com atribuições de criar ou modificar as leis, adota o modelo inglês, bicameral, com uma câmara alta, o Senado Federal, e uma baixa, a Câmara dos Deputados, sendo que todos os parlamentares são eleitos por sufrágio universal direto. A Constituição Federal detalha que ao Congresso Nacional brasileiro cabe apreciar uma série de matérias, dentre as quais diversas de interesse imediato das Forças Armadas, tais como: plano plurianual; orçamento; fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens de domínio da União; tratados e acordos internacionais; autorização para que o Presidente declare a guerra ou celebre a paz; aprovação do estado de defesa e da intervenção federal; autorização do estado de sítio; e aprovação de iniciativas do Poder Executivo, referentes a atividades nucleares.

Em essência, é de todo interessante que os parlamentares sejam oriundos dos diversos segmentos da sociedade, representando os anseios e aspirações do maior espectro possível, de maneira que as decisões sejam da sociedade como um todo, e não de grupos organizados. Essa pluralidade representativa é de suma importância no que diz respeito aos complexos e importantes assuntos de Defesa Nacional. Todavia, para estudar assuntos específicos, antes que as matérias sejam submetidas aos plenários, as casas legislativas se valem de comissões, instituídas pela Constituição Federal: “Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação” (2: 45).

Assim é que, na Câmara dos Deputados, bem como no Senado Federal, encontram-se em funcionamento as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A primeira é integrada por 46 deputados, com igual número de suplentes, sendo a mesa

composta por um presidente, três vice-presidentes e um secretário. No Senado, a comissão é formada por 18 membros, com igual número de suplentes, sendo a mesa composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Vale destacar que essas comissões, embora tradicionais, são relativamente recentes, uma vez que foram criadas na segunda metade da década de 90, ambas advindas da fusão das antigas Comissões de Relações Exteriores e Comissões de Defesa Nacional. Essa integração é um fato que torna patente a intenção — por parte de nossas elites políticas — de vincular a Defesa Nacional aos assuntos afetos às Relações Exteriores, considerando a defesa da Pátria como a principal atividade-fim constitucional das Forças Armadas, instituídas como instrumentos do Estado para a consecução dos objetivos pertinentes.

SEÇÃO III – A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Para exercer o comando supremo das Forças Armadas, conforme preceitua o art. 84, XIII, da CF, o Presidente da República se vale da consultoria do Conselho de Defesa Nacional (CDN), criado pelo art. 91, também da Carta Magna.

O CDN tem a sua organização e seu funcionamento estabelecidos pela Lei nº 8.183/91 — com as modificações inseridas pela Medida Provisória nº 2216-37/01 — e pelo Decreto nº 893/93, que aprovou seu Regulamento.

Essa legislação permite inferir ser nítida a intenção da Presidência — uma vez que lhe coube a iniciativa do projeto — de envolver nos assuntos de Defesa o maior número possível de interlocutores. É prevista, por exemplo, a convocação de membros eventuais e órgãos complementares, bem como a instituição de “grupos e comissões especiais, integrados por representantes de órgãos e entidades, pertencentes ou não à Administração Pública Federal” (3: 4).

Ainda no âmbito da Presidência da República — e, portanto, na mais alta esfera de decisões do País — encontra-se em funcionamento a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), do Conselho de Governo, a qual tem por objetivos formular políticas e estabelecer diretrizes, bem como aprovar e acompanhar os programas a serem implantados, no âmbito das matérias correlacionadas. Criada pelo Decreto no 3.203/99, essa câmara guarda importante relação com o Conselho de Defesa Nacional, não só pelos assuntos pertinentes, como pela sua constituição.

O Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que é um Oficial-General da ativa, encontra-se intensamente envolvido no processo em tela, uma vez que tem, entre suas atribuições, a de Presidente da CREDN e a de Secretário-Geral do CDN. Todavia, as imbricadas esferas de competência dos dois órgãos ensejam outros membros comuns: Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Defesa, Comandante da Marinha, Comandante do Exército e Comandante da Aeronáutica.

Vale ressaltar que participam somente do CDN o Presidente, o Vice-Presidente, os Presidentes da Câmara e do Senado, e os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Chefe da Casa Civil participa somente da CREDN. A figura a seguir apresenta um resumo dos integrantes de ambos os órgãos, destacando os membros comuns e não-comuns.

**CONSELHO DE DEFESA NACIONAL e
CÂMARA DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

INTEGRANTES

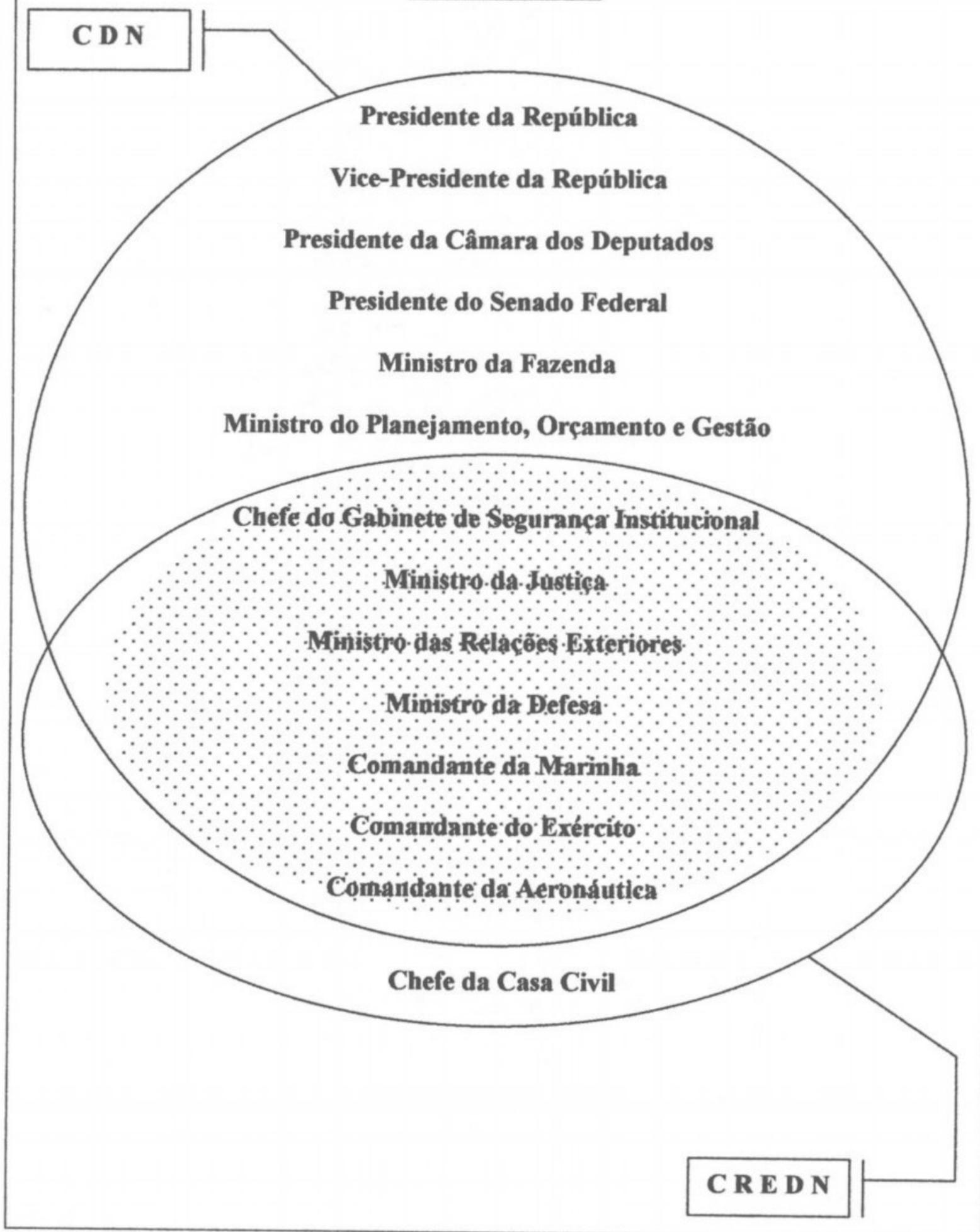


Figura nº 1 – Integrantes do CDN e da CREDEN

SEÇÃO IV – A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de mais alto nível, portanto, para formulação e condução da Política da Defesa Nacional, pode ser assim resumida:

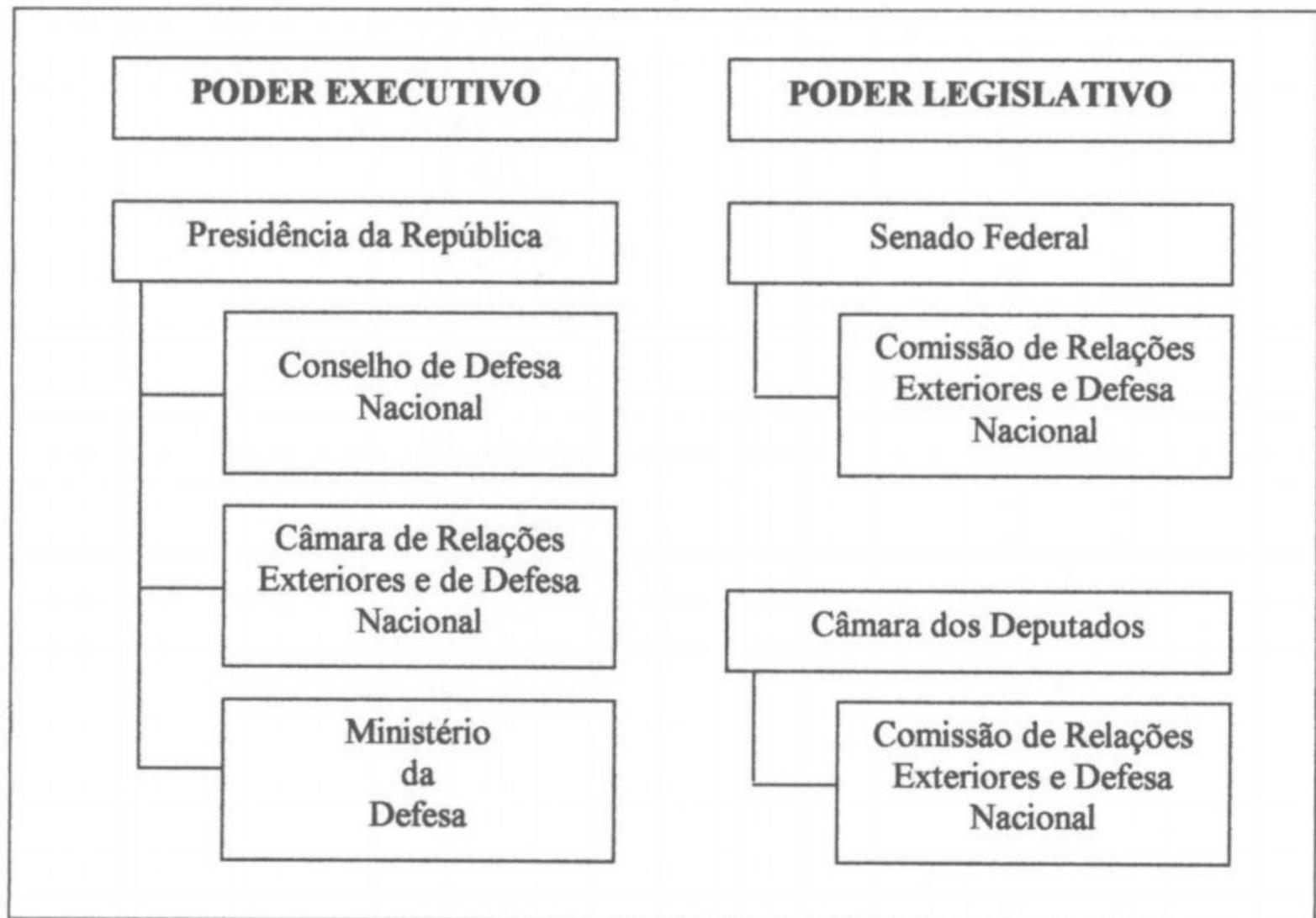


Figura nº 2 – Estrutura organizacional da Política de Defesa

SEÇÃO V – A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL EM VIGOR

Na condição de comandante supremo das Forças Armadas, coube ao Presidente da República ouvir o Congresso Nacional e consultar o Conselho de Defesa Nacional para, interpretando e refletindo os anseios da sociedade, com a assessoria da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, proporcionar aos órgãos e instituições subordinados um marco referencial para a formulação das respectivas estratégias decorrentes. Assim é que, pela primeira vez no Brasil, em 1996 — antes, portanto, da

criação do Ministério da Defesa — foi formalmente divulgada, pela Presidência da República, uma Política de Defesa Nacional (PDN).

“A Política de Defesa Nacional, voltada para as ameaças externas, tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas do poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar” (15: 3).

Vale dizer que, embora sejam as Forças Armadas protagonistas nesse processo, não pode o Estado prescindir da participação dos demais organismos governamentais e até mesmo da iniciativa privada.

SEÇÃO VI – O MINISTÉRIO DA DEFESA

Para a formulação da próxima Política de Defesa Nacional, porém, um outro ator certamente será incluído. A Estrutura Regimental do Ministério da Defesa — aprovada pelo Decreto nº 3.466/00 — esclarece, no inciso I do art. 2º, que a Política de Defesa Nacional é um assunto da sua área de competência, permitindo inferir que as próximas propostas de novas edições desse documento deverão ter sua origem nesse ministério, para apreciação dos citados órgãos de assessoramento da presidência e decisão do próprio Presidente.

Embora sua concepção remonte à década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, a criação do Ministério da Defesa passou a ser determinadamente discutida no Brasil a partir da Nova República e, mais intensamente, no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995. A estrutura anterior — com os Ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas — atendia adequadamente às necessidades nacionais, mas contrariava uma tendência internacional

e dificultava o relacionamento externo, cada vez mais importante na atual conjuntura de globalização.

Assim é que, após um período de transição, foi institucionalizado o Ministério da Defesa, por meio da Emenda Constitucional no 23, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 1999. Suas atribuições principais foram consubstanciadas na Lei Complementar nº 97/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

O Ministro da Defesa exerce a direção superior da Forças Armadas assessorado pelo citado Conselho Militar de Defesa, pelo Estado-Maior de Defesa e pelas Secretarias a ele subordinadas, dispondo de uma estrutura onde, de acordo com o citado Decreto nº 3.446, estão previstos 329 cargos em comissão que, em tese, podem ser ocupados indistintamente por militares ou por civis. Nesse ambiente, mantém-se uma vez mais a antiga simbiose civil-soldado. Diferentemente da história recente, mas de maneira alguma contrariando as antigas tradições, espera-se uma corrente de civis que, incursionando pelo terreno da Defesa Nacional, venha a colaborar para que os fundamentais objetivos de Segurança sejam colimados e mantidos.

De maneira sucinta, é possível afirmar que o Ministério da Defesa é o órgão da República encarregado de propor a Política de Defesa Nacional à Presidência da República e — dentre outras atribuições — formular as diversas políticas e estratégias comuns às Forças Singulares, dentre as quais se destacam: a política de mobilização nacional; a política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas; a política de comunicação social das Forças Armadas; a política de remuneração dos militares e pensionistas; a política marítima nacional; a política aeronáutica nacional; e a atuação na política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais.

Um organograma sintético do Ministério da Defesa pode ser assim apresentado:

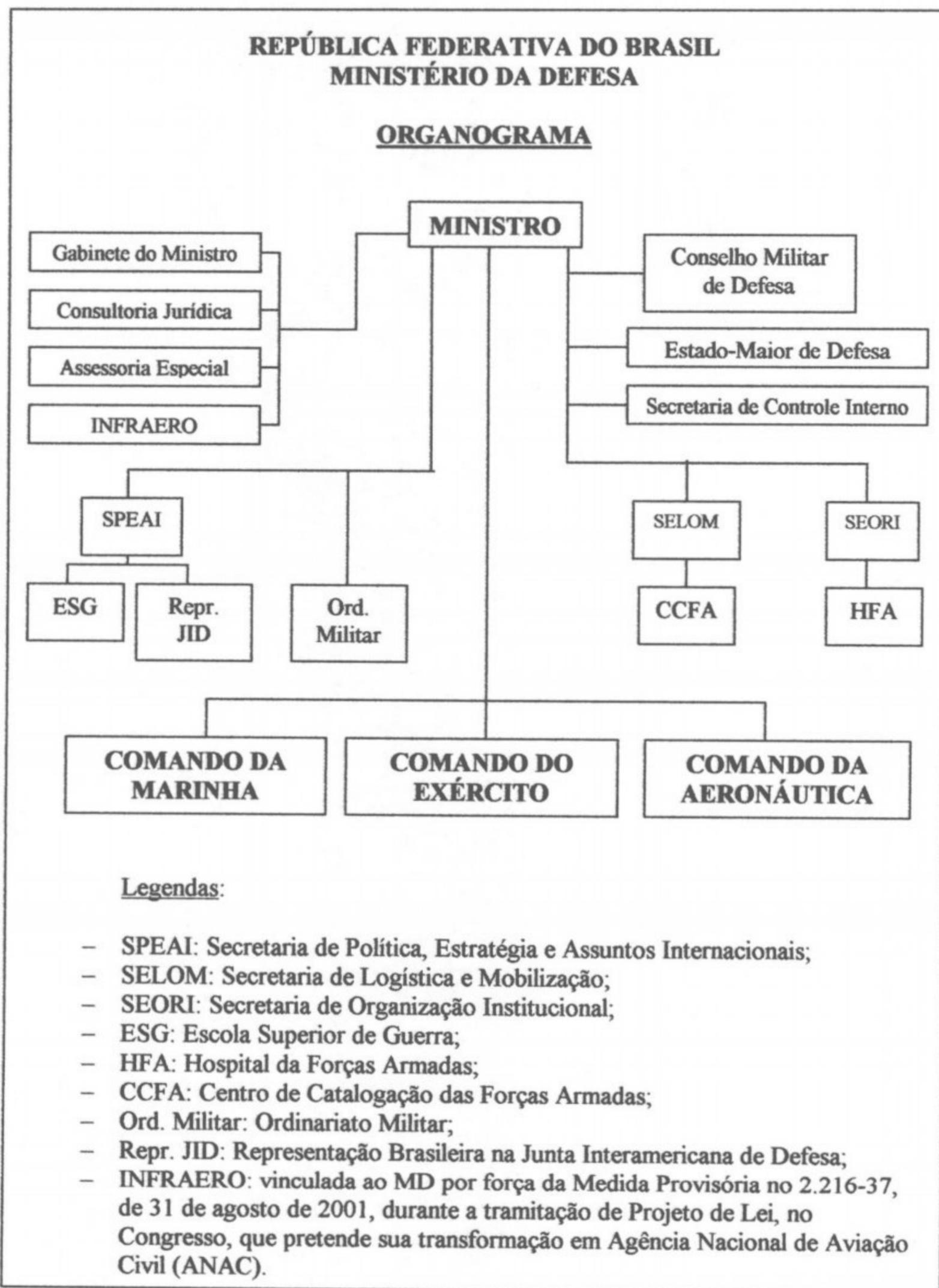


Figura nº 3 – Organograma do Ministério da Defesa

Destaca-se no organograma do Ministério da Defesa a criação do Conselho Militar de Defesa (CMD), destinado ao assessoramento ao Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares. Esse conselho é presidido pelo Ministro da Defesa — cujo cargo é de caráter político e, portanto, civil — e composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior de Defesa, todos cargos privativos de Oficiais-Generais no último posto. Diferentemente dos outros órgãos apresentados, este Conselho é composto pelos maiores especialistas em atividade, uma vez que se reporta ao Comandante Supremo em assuntos exclusivos da área militar.

CAPÍTULO 3

A ELITE POLÍTICA E A SEGURANÇA NACIONAL

“Para falar com franqueza, produzir a paz significa guerra”²

(Henry Kissinger, civil, ex-secretário de Estado dos EUA).

A análise do perfil dos cidadãos que ocupam cargos diretamente relacionados com a Segurança e a Defesa Nacionais permite concluir sobre a forma como esses assuntos vêm sendo tratados nos mais altos organismos da República. Nesse mister, serão inicialmente apresentadas as pesquisas efetuadas junto às Comissões permanentes de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no âmbito do Congresso Nacional. A seguir, será feita uma rápida referência aos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República para, depois, serem apresentados os dados referentes aos civis integrantes do Ministério da Defesa.

Embora esses últimos não ocupem cargos eletivos, são comissionados de alto nível que — juntamente com os parlamentares e ministros que os indicaram — compõem a elite política que deve realizar a formulação e a gestão da Segurança e da Defesa no Brasil.

SEÇÃO I – O CONGRESSO NACIONAL

No capítulo anterior, foram apresentadas as importantes atribuições institucionais do Congresso Nacional, referentes aos assuntos de Defesa inclusive com a criação, no

² Declaração extraída de entrevista publicada no jornal “O Estado de S. Paulo”, edição de 14 de março de 1995.

Senado Federal e na Câmara dos Deputados, das respectivas Comissões permanentes de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Depreende-se, portanto, que os integrantes das comissões devem possuir determinados conhecimentos sobre matérias de sua competência.

No caso da Defesa Nacional, contudo, os assuntos específicos não são muito comuns às áreas profissionais encontradas entre os parlamentares. Necessário se faz enfatizar, neste ponto, que a Defesa Nacional é uma matéria multidisciplinar que abrange, simultaneamente, diversas graduações. Todavia, na era do conhecimento, em que técnicas, táticas e estratégias são cada dia mais influenciadas pela política, pela macroeconomia, pela sociologia, pela geografia e por tecnologias de tantas outras ciências pertinentes, o perfil levantado junto aos integrantes das comissões em tela aponta para resultados aquém dos esperados.

No caso da comissão do Senado Federal, uma minuciosa pesquisa — que teve como objeto os currículos disponibilizados na “internet” — permite afirmar que as atividades profissionais dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, salvo raras exceções, não guardam relação, ainda que indireta, com as atividades de Defesa Nacional. Considerando-se que cinco senadores declararam que têm duas atividades profissionais, e que um tem três, foram encontrados: quatro advogados, quatro economistas, três agropecuaristas, dois administradores de empresas, dois engenheiros civis, um auditor fiscal, um empresário, um farmacêutico, um médico, um psicólogo, um policial, um sindicalista e um técnico em planejamento e desenvolvimento econômico. O perfil dos componentes da CREDN/Senado-2002 está consubstanciado nos Anexos A, B e C.

Por sua vez, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados foi alvo de outro trabalho de pesquisa, também baseado nos currículos

disponibilizados na “internet”. Desta feita, foi possível sintetizar a formação profissional de cada parlamentar, na graduação e nos cursos subsequentes. As conclusões indicam que somente três deputados têm algum conhecimento da área militar, sendo um da Marinha, um do Exército e outro da Polícia Militar. Ainda assim, o primeiro encontra-se afastado do serviço ativo há quase quatro décadas, e concluiu apenas a graduação; o segundo está na reserva há mais de quinze anos, e o seu curso de mestrado, por ser “strictu senso”, só lhe proporcionou conhecimentos táticos, específicos de emprego das armas, com poucas incursões pela Política e Estratégia; e o último, como integrante de uma força auxiliar, teve seus estudos voltados basicamente para a segurança pública.

Há porém outros deputados que, pelos cursos de pós-graduação que possuem, certamente estão entre aqueles que, em suas respectivas especialidades, podem enriquecer os debates em torno dos complexos assuntos da Defesa Nacional: dois são doutores em economia, dois são cientistas políticos, um é mestre em direito e um possui o estágio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Pelo que foi possível apurar, os demais deputados titulares não possuem nenhum curso de formação ou pós-graduação que lhes possibilite habilitação em áreas próprias ou afins à Segurança ou à Defesa Nacionais. Por constituírem o grupo mais numeroso, destaque deve ser feito aos graduados em direito, com expressiva diferença em relação aos demais: quinze. Os economistas vêm em segundo, com oito representantes. As demais graduações, de diversas áreas, não reúnem mais de três parlamentares. As informações sobre a CREDN/Câmara-2002 estão reunidas nos Anexos D, E e F ao presente trabalho.

SEÇÃO II – A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conforme já exposto, no que se refere aos assuntos de Defesa, o assessoramento direto no mais alto nível do Poder Executivo é proporcionado pelo Conselho de Defesa Nacional e pela Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Seus quadros reúnem os presidentes das duas casas legislativas federais e membros do primeiro escalão do poder executivo, além dos comandantes das Forças Singulares, em uma composição que indica, claramente, a intenção de proporcionar ao Presidente da República as mais importantes e recentes informações — bem como as mais abalizadas opiniões — sobre as respectivas áreas de competência e as influências em assuntos pertinentes à Segurança e à Defesa Nacionais.

Torna-se dispensável, pois, qualquer levantamento do perfil de seus atuais integrantes, uma vez que ocupam cargos de natureza política, de confiança do Presidente da República e voltados para suas respectivas áreas de competência.

SEÇÃO III – O MINISTÉRIO DA DEFESA

A recente criação do Ministério da Defesa, em 1999, enseja que seu arcabouço legislativo está ainda sendo consolidado. Entretanto, sua estrutura organizacional indica que os cargos podem, em sua maior parte, ser ocupados por civis ou militares, em um salutar processo que pretende envolver cidadãos de todos os segmentos da sociedade com os intrincados e sensíveis problemas inerentes. Para isso, espera-se que com o passar dos anos o Brasil passe a contar com uma massa crítica de civis — permanentemente renovada — que, além da graduação nas mais diversas áreas, sejam também aperfeiçoados e especializados em Segurança e Defesa Nacionais. Aos olhos do observador atento, contudo, a prática tem demonstrado que esses objetivos ainda estão distantes, mercê de algumas distorções que não podem ser ignoradas.

Determinados setores governamentais, bem como alguns outros segmentos da sociedade, entendem que o Ministério da Defesa tem como um dos seus principais objetivos estabelecer definitivamente a “subordinação do poder militar ao poder civil”. Trata-se de uma falácia.

Em toda a História do Brasil independente, as instituições militares sempre estiveram subordinadas ao líder máximo da nação: primeiro aos imperadores e, posteriormente, aos presidentes. Mesmo nas oportunidades em que os militares ocuparam a presidência, estavam investidos de funções de natureza civil. No período 1964-1985, os presidentes invariavelmente optaram por serem transferidos para a reserva, abdicando para sempre do uso de uniformes militares.

Com a Nova República e a plena normalidade democrática, as Forças Armadas têm dado patentes mostras à sociedade brasileira e às demais nações do planeta de que não se vislumbra, no horizonte temporal, a possibilidade de uma nova intervenção na vida política do Estado, apesar dos diversos períodos de instabilidade já vividos e dos que ainda estão por vir. Entende-se que eventuais “acidentes de percurso” são parte de um processo maior de fortalecimento das instituições, necessário à consolidação da democracia.

O fato de os comandantes de Força (Marinha, Exército e Aeronáutica) terem perdido o status de ministro, representa, sem dúvida, um importante reordenamento político. Todavia, as promoções, transferências e nomeações de Oficiais-Generais — inclusive os comandantes de Força — continuam a ser atribuição exclusiva do Presidente da República. Além disso, foram mantidos os respectivos assentos em alguns dos mais importantes fóruns de governo. Finalmente, vale lembrar que eventuais hipóteses de intervenção pressupõem a ameaça ou o uso das armas, as quais continuam mantidas sob a guarda dos militares.

É inócua, portanto, a tese segundo a qual “o poder militar deve ficar subordinado ao poder civil”, simplesmente porque sempre foi assim. Mesmo que alguns dos futuros Ministros da Defesa venham a ser militares, em nada será mudada essa assertiva, uma vez que o cargo é de confiança do Presidente e de caráter político, ou seja, civil.

Todavia, é desejável que todos os integrantes do Ministério da Defesa, exercendo cargos de chefia, tenham sólidos conhecimentos sobre Segurança e Defesa Nacionais, bem como de Estratégia, independentemente de sua área de formação e da função específica que estejam desempenhando.

O primeiro titular da Pasta, Dr. Élcio Álvarez, passa para a história como sendo também o primeiro a reunir, em um único ministério, as três Forças Singulares. A análise do seu “curriculum vitae” (Anexo G) permite extrair cursos e atividades que o credenciam às mais variadas e importantes funções e lhe proporcionam fácil trânsito junto aos parlamentares e demais ministros: professor do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha; estagiário da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES); Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; Governador do Estado do Espírito Santo; Senador da República.

O Dr. Élcio Álvarez foi substituído pelo Dr. Geraldo Magela da Cruz Quintão, atual Ministro da Defesa. Seu “curriculum vitae” (Anexo H) revela um profissional preparado para atuar em sua área de formação, com destaque para Direito Público (Administrativo e Tributário) e Direito Privado (Civil e Comercial). Foi Consultor Jurídico Geral do Banco do Brasil, Conselheiro Fiscal da Fundação Banco do Brasil e Advogado-Geral da União. Mesmo considerando-se sua pouca experiência em direito internacional, os atributos apresentados certamente o credenciam a opinar sobre a Defesa Nacional, mas somente na área específica do Direito. Portanto, é forçoso reconhecer que sua vida

pregressa e sua formação acadêmica e profissional não se situam entre aquelas que preenchem os requisitos mais esperados para o cargo.

Quanto aos demais integrantes civis do Ministério da Defesa, foi realizada uma pesquisa junto a 31 ocupantes de cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior (DAS), de níveis equivalentes aos de Oficiais-Generais e Capitães de Mar-e-Guerra, quais sejam os de DAS 6, DAS 5 e DAS 4. O estudo procurou focar as áreas de formação, bem como os cursos de extensão e pós-graduação, de maneira a buscar pontos de contato entre o perfil acadêmico e os complexos assuntos referentes à Defesa Nacional.

Necessário se faz uma vez mais enfatizar que Segurança e Defesa Nacionais são matérias multidisciplinares, que exigem a participação de todos os setores nacionais. Esse fato, todavia, não significa que quaisquer profissionais estejam previamente habilitados a trabalhar nessa área. Antes disso, os desafios do século XXI impõem que os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior tenham sólidos conhecimentos específicos em sua área de atuação, sob pena de comprometerem seriamente a tradicional estrutura militar do país.

Todos os ministérios têm, em princípio, um quadro de especialistas — voltado para a atividade-fim — e um quadro técnico, destinados a desenvolver as diversas atividades-meio necessárias ao funcionamento vegetativo e administrativo de um órgão governamental. No caso específico do Ministério da Defesa, contudo, entende-se que praticamente todos os que ali exercem funções de chefia devem ter, somados à bagagem técnica-profissional, amplos conhecimentos de Política e Estratégia de Defesa.

Como exemplo, pode ser citado o cargo de Assessor Jurídico. Espera-se que o mesmo conheça com profundidade o arcabouço legislativo que serve de base para a atuação nacional e internacional das Forças Armadas, bem como as peculiaridades do

emprego de tropa nas mais diferentes situações, e ainda o cotidiano e as idiossincrasias na vida na caserna, tudo em uma área jurídica bastante diferente das outras, onde o desconhecimento e a inexperiência poderão acarretar danos irreparáveis para a própria Segurança Nacional.

Outro exemplo é o Secretário de Organização Institucional, encarregado de estabelecer diretrizes em determinadas atividades de suma importância, como assistência à saúde, procedimentos administrativos, planos plurianuais, propostas e controle orçamentário, legislação e política de remuneração dos militares. Conhecimentos técnicos sobre esses assuntos são imprescindíveis, mas não são suficientes para o bom desempenho das funções. É necessário também conhecer profundamente as políticas e estratégias de preparo e emprego das Forças Singulares, uma vez que a aquisição de material de emprego militar e a formação de quadros operacionais capacitados só poderão ser verdadeiramente eficazes se precedidas de um trabalho de longo prazo, onde as eventuais correções de rumo e os ajustes de planejamento sejam fruto de fatores externos e imponderáveis, e não sujeitos às instabilidades comuns da política partidária.

As conclusões da citada pesquisa não permitem apresentar, em face desse desiderato, resultados muito animadores, uma vez que a formação acadêmica e profissional dos cargos de DAS pesquisados não guardam relação, ainda que indireta, com as atividades de Defesa Nacional. Como exceções, podem somente ser apontados um engenheiro químico e um bacharel em comunicação que realizaram cursos de relações internacionais (pós-graduação), no exterior. Os demais, para fins de estudo, foram divididos em quatro blocos, segundo a graduação profissional: engenheiros e matemáticos (com sete representantes), advogados (sete), bacharéis em ciências administrativas, econômicas e contábeis (onze), e outras áreas (seis). Ressalte-se que

dois sequer possuem diploma de curso superior. Uma síntese das análises está consubstanciada nos Anexos I e J ao presente trabalho.

Diversas profissões são marcadas por jargões característicos. Médicos, economistas, advogados e engenheiros, por exemplo, quando tratam de assuntos específicos de suas respectivas áreas de competência, são freqüentemente incompreendidos por interlocutores leigos. Mesmo sendo a Política e a Estratégia de Segurança e Defesa matérias interdisciplinares, o diálogo entre militares de alta patente — especialistas no assunto — e civis, só será bem-sucedido se houver um adequado conhecimento por parte desses últimos, o que, conforme demonstrado, não corresponde à realidade.

Esse fato é agravado pela constatação de que parcela significativa dos civis em tela — que compõem a elite política encarregada dos assuntos de Segurança e Defesa — é influenciada por falsos estigmas e antigos rancores que, oriundos do período de 1964 a 1985, ainda não foram relegados aos livros de História.

Em contrapartida, a postura das autoridades militares tem sido a mais conciliadora possível. A Guerra Fria está sepultada, o Movimento Comunista Internacional foi extinto e a missão é o farol que deve estar apontado para o futuro, e não para o passado. Além disso, o contexto globalizante da nova ordem mundial apresenta desafios que, cada vez mais, exigem competência, dedicação, persistência, desprendimento e, acima de tudo, união de todos os compatriotas, como única forma de ajudar o Brasil a posicionar-se adequadamente no quadro internacional.

O tempo é o senhor da razão. A crença nessa assertiva permite asseverar que, com o passar dos anos, venham a ser cada vez mais raros os choques de posturas e atitudes entre a elite política e as autoridades militares, certamente porque prevalecerá a tradicional simbiose entre o soldado e o civil, tão presente ao longo da nossa História.

Isso fará com que, aos poucos, ambos se reconheçam simplesmente como cidadãos brasileiros, trabalhando pelos mesmos e nobres ideais de Segurança e Defesa da Pátria.

CAPÍTULO 4

A FORMAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO DE CIVIS



“Se o conhecimento pode criar problemas, não é por meio da ignorância que poderemos solucioná-los”³

(Isaac Asimov, escritor norte-americano).

A preocupação em envolver o maior número possível de representantes dos diversos segmentos da sociedade em assuntos referentes à Segurança e à Defesa Nacionais não é inédita. O serviço militar obrigatório e universal é um bom exemplo disso, embora insuficiente quando se trata dos grandes problemas de Política e Estratégia militares. Com o advento do Ministério da Defesa, essa necessidade de formar e manter cidadãos das mais diversas origens e atividades profissionais tem se tornado imperiosa. Nas últimas décadas, todavia, uma iniciativa nesse sentido foi fundamental: a criação da Escola Superior de Guerra.

SEÇÃO I – A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

A ESG representa uma das mais importantes repercussões do pós-Segunda Guerra Mundial para o Brasil. Foi criada em 1949 pela Lei nº 785 e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), visando a cursos de integração entre os Oficiais das Forças Singulares e destes com os civis de nível equivalente.

Embora o modelo de criação fosse baseado no “National War College”, dos Estados Unidos da América (EUA), desde logo a Escola adotou uma postura independente e

³ FRASES sobre a educação: banco de dados. Disponível em <<http://www.persocom.com.br/simao/citacoes.htm>>. Acesso em 5 de julho de 2002.

nacionalista. Sua metodologia busca contribuir para a análise de problemas brasileiros, utilizando-se de uma visão integrada da realidade. Seus cursos difundem uma doutrina de ação política com um núcleo composto de Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional e Estratégia Nacional, todos articulados com o binômio Segurança e Desenvolvimento.

Esse instituto de altos estudos vem procurando contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, mediante a pesquisa e o debate de opções político-estratégicas democráticas que possam servir como subsídios para a solução dos problemas nacionais. Atualmente, a ESG oferece seis cursos, a seguir apresentados.

O Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) destina-se a habilitar profissionais ligados às funções de direção, assessoramento, planejamento e tomada de decisão, com ênfase na Defesa Nacional e nos interesses políticos e estratégicos do País.

O Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAEPE) destina-se a proporcionar a civis e militares, nacionais e estrangeiros, as bases para a realização de estudos sobre o Brasil e as nações amigas, no campo da Defesa, estabelecendo a situação com fatos pertinentes no âmbito internacional.

O Curso de Estado-Maior de Defesa (CEMD) destina-se a habilitar Oficiais Superiores para o exercício de funções nos Estados-Maiores Combinados e nos Órgãos responsáveis pelo planejamento estratégico, pelo planejamento de operações combinadas e pelo emprego de Forças em missões de paz. Em 2002, funcionará o primeiro CEMD, a partir de agosto, com duração de 18 semanas.

O Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) destina-se a habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria superior de Inteligência Estratégica nos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e

contribuir para o aprimoramento da Doutrina Brasileira de Inteligência, em nível estratégico.

O **Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN)** destina-se a habilitar Civis de Nível Superior e Oficiais Superiores para atuarem em níveis gerenciais executivos da Logística e da Mobilização Nacionais e de assessoramento aos Órgãos responsáveis pelo Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

O **Curso de Gestão dos Recursos de Defesa (CGERD)** destina-se a habilitar servidores Civis de Nível Superior da Administração Federal e Oficiais Superiores das Forças Armadas para o exercício de funções na Administração Pública, em especial nos órgãos responsáveis pela Defesa Nacional, fomentando a atualização do conhecimento de conceitos e técnicas nas áreas de planejamento, orçamento, finanças e gestão, com ênfase nas tendências de modernização do Setor de Defesa no mundo contemporâneo. Em 2002, funcionará o primeiro CGERD, a partir de 30 de setembro, com duração de oito semanas.

Distribuídas pelo país, existem ainda as **Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)**, que oferecem estágios locais, com duração aproximada de três meses, em horários que não inviabilizam as atividades profissionais. Apesar de superficiais, quando comparados aos cursos regulares mantidos pela Escola, esses estágios proporcionam um bom contato com a doutrina preconizada, além de uma adequada visão da realidade e da conjuntura nacionais, por meio de palestras e conferências com autoridades convidadas.

Pelo acima exposto, pode-se afirmar ser a ESG um dos mais adequados institutos para a especialização da “massa crítica” de civis que, como soldados de alto nível, estejam em condições de trabalhar junto aos órgãos encarregados das políticas e estratégias de Defesa Nacional.

No entanto, as pesquisas apresentadas no capítulo anterior indicam que, apesar de funcionar há mais de meio século, a ESG não logrou que nenhum de seus ex-alunos viesse a figurar entre os civis que, atualmente, estão diretamente envolvidos com os assuntos de defesa. Assim foi entre os senadores e deputados que integram as respectivas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional: num total de sessenta e dois titulares, somente um deputado possui o estágio oferecido pela ADESG.

Da mesma maneira, os currículos estudados e as pesquisas efetuadas junto ao quadro de servidores civis do Ministério da Defesa indicam que somente o ex-ministro Elcio Álvarez frequentou o estágio da ADESG, permitindo afirmar que a massa de civis formados pela ESG tem sido, em última instância, pouco eficaz na ocupação dos espaços a ela destinados.

Diversos fatores contribuíram para essa situação. Inicialmente, é preciso ressaltar que — em setores localizados dos meios acadêmicos e de algumas instituições políticas atualmente no poder — subsistem ainda anacrônicos preconceitos, eivados de falsas interpretações e obtusos desconhecimentos, incompreensíveis mesmo num estigmatizado quadro pós-regime militar. O fim da Guerra Fria, representado pelo fracasso do socialismo comunista, ensejou imediata evolução de atitudes nos integrantes das instituições que sempre defenderam a democracia capitalista, a exemplo da ESG. As esquerdas retrógradas, contudo, insistem em polarizar ideologicamente ações e discussões, criando um ambiente pouco fecundo ao progresso requerido pelo Brasil. Assim sendo, não se deve estranhar que em um governo composto, em sua maioria, por antigos adversários do regime militar, não haja, entre seus comissionados, ex-alunos de uma escola tão representativa daquele período.

É notório, todavia, o esforço de atualização que vem sendo empreendido pelos quadros permanentes da ESG, cujos mais recentes produtos são o oferecimento, a partir

de 2002, dos inéditos cursos de Estado-Maior de Defesa e Gestão dos Recursos de Defesa, sendo este último claramente desenhado para civis que se destinam a trabalhar em setores relacionados com a Defesa Nacional.

Outro fator também contribui para a ausência da ESG nos mais altos órgãos de governo: seus cursos são presenciais e em horário integral, sendo que os principais têm a duração de um ano letivo. Além disso, apesar da gratuidade dos cursos, a Escola não oferece bolsas de estudo, sendo, portanto, as despesas cobertas pelo próprio estagiário ou pela instituição a que pertence. Essa sistemática praticamente limita o universo de candidatos àqueles profissionais que possuem uma carreira estável, cuja legislação ampare o custeio e a ausência dos mesmos, sem prejuízos significativos.

Finalmente, a prática tem demonstrado que um diploma da ESG não tem aberto novos horizontes de participação mais ativa na vida política do País, ou mesmo junto ao mercado de trabalho. Apesar da excelência de seus currículos, os cursos sequer são reconhecidos pelo sistema nacional de ensino do Ministério da Educação.

SEÇÃO II – A “NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY” (NDU)

Nessa instituição norte-americana, funciona o Centro de Estudos de Defesa do Hemisfério (CHDS, sigla em inglês). A história de sua criação é recente, com raízes na primeira reunião de ministros de defesa das Américas, realizada em Williamsburg, Virginia, EUA, em 1995. Naquela ocasião, os participantes manifestaram suas preocupações quanto à falta de uma massa crítica de civis convenientemente preparada para dialogar com Oficiais e trabalhar com assuntos militares e de defesa em seus respectivos países. No ano seguinte, durante a segunda reunião, realizada em Bariloche, Argentina, o Secretário de Defesa dos EUA, William Perry, propôs a criação de um

centro regional destinado a suprir essa necessidade. A proposta foi aceita, até porque seus formuladores se propunham a arcar com todos os custos e sediar a nova instituição.

A intenção da potência hegemônica não poderia ser mais clara. Depois de impor, política e economicamente, a “plena democracia” em praticamente todos os países do continente, entendem os norte-americanos que é preciso afastar possíveis “golpes militares”. Para isso, divulgam o paradigma da “subordinação do poder militar ao poder civil”, o que, para o caso brasileiro, é uma falácia, conforme já demonstrado. Como não há cultura de defesa entre os civis latino-americanos, buscam então os EUA difundir conhecimentos, idéias e ideais, de maneira a unificar doutrinas e homogeneizar procedimentos, tudo de acordo com os seus próprios interesses.

Esse Centro é o primeiro órgão regional da NDU criado especialmente para formar civis do hemisfério ocidental (entenda-se o continente americano) em assuntos de segurança e defesa, bem como para interagir e colaborar com seus compatriotas militares.

O CHDS desenvolve cinco atividades distintas, a seguir apresentadas.

O **Programa Permanente**, que constitui de cursos com a duração de três semanas, normalmente oferecidos quatro vezes ao ano, sobre **Planejamento e Administração de Recursos de Defesa**. O foco recai sobre a formação de lideranças civis em políticas de defesa, com atividades que incluem leituras, trabalhos em grupo e simulações. Esse tipo de curso se destina a executivos do governo, legisladores, acadêmicos, representantes de organizações não-governamentais, jornalistas e, secundariamente, a Oficiais militares e policiais.

O **Seminário de Líderes Superiores** (SLS, sigla em inglês) é destinado a executivos governamentais e legisladores que, pela relevância de suas funções, não podem se afastar para um curso de três semanas. Os participantes são os presidentes das

comissões legislativas de defesa e secretários de ministérios da defesa ou equivalente. Já foram realizados três SLS: Capitol Hill, EUA, em 1999; San Salvador, El Salvador, em 2000; e Buenos Aires, Argentina, em 2001.

Os **Seminários Locais** são trabalhos intensivos sobre temas específicos, identificados em parceria com as instituições anfitriãs. Esse formato permite ao CHDS interagir bilateralmente com um grande número de países latino-americanos, com substancial redução de custos para o governo norte-americano. No ano de 2002, estão sendo realizados seminários na Bolívia, no Equador, na Guatemala, no Paraguai, na Colômbia, na Argentina e no Peru.

Sobre o **Seminário sobre Pesquisa e Educação em Estudos de Defesa e Segurança (REDES, siga em inglês)**:

“O Centro coordena anualmente um Seminário sobre Pesquisa e Educação em Estudos de Defesa e Segurança, que reúne uma ampla e interdisciplinar comunidade acadêmica, tanto de instituições de ensino militares como de civis. O seminário serve como uma rede para troca de informações sobre as metodologias e os currículos desenvolvidos nas universidades civis e nas instituições de ensino militar profissional. Nosso primeiro seminário foi realizado em setembro de 1997, no Forte Lesley J. McNair, Washington, DC, em conjunto com a inauguração do Centro. O segundo seminário teve lugar em novembro de 1998, em Williamsburg, Virgínia. O REDES 2000 foi realizado em março, em Miami, Flórida, e o REDES 2001 em maio, em Washington, DC.

O CHDS tem o prazer de anunciar que o quinto encontro anual (REDES 2002) será realizado durante a semana de 7 a 10 de agosto, em Brasília, Brasil. O seminário terá como co-anfitrião o Ministério da Defesa do Brasil.

Para maiores informações, contatar o Centro pelo telefone (202) 685-4670”⁴.

Finalmente, há o **Programa de Ensino e Pesquisa à Distância**, que tem como meta disponibilizar via Internet informações sobre estudos de defesa, incentivando a produção de pesquisas e artigos sobre temas latino-americanos de defesa. O CHDS tem publicado um jornal acadêmico “online”, denominado “Revista de Estudos sobre Segurança e Defesa”, e está estabelecendo uma rede que irá ligar instituições e

⁴ Texto traduzido da página oficial da NDU na “internet”: <<http://www3.ndu.edu/chds>>. Acesso em 30 de maio de 2002.

indivíduos interessados em pesquisar e debater problemas de defesa na América Latina e no Caribe, cuja sigla, em inglês, será MERLN LAC.

Um significativo número de integrantes do Ministério da Defesa, praticamente todos civis, já teve a oportunidade de freqüentar, como alunos, algum curso do CHDS/NDU, com todas as despesas custeadas pelo governo dos Estados Unidos. Além disso, a realização do "REDES 2002" no Brasil, conforme citação acima, permite confirmar a influência que essa instituição de ensino norte-americana vem exercendo sobre os quadros brasileiros.

Em princípio, deve ser visto como normal o intercâmbio de informações e experiências, na área de Segurança e Defesa, entre nações amigas. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica adotam essa prática desde que foram criados, a exemplo de praticamente todos os demais países do planeta. As Forças Armadas brasileiras, contudo, sempre tiveram o cuidado de designar para o exterior profissionais que já tivessem cursado, em solo pátrio, pelo menos um curso equivalente. Assim, o enviado apresenta melhores condições para: avaliar o conteúdo; trazer para o País ensinamentos atualizados, porém selecionados; e não se deixar influenciar por conceitos e idéias afastados da realidade nacional.

Não é o que vem acontecendo com o Ministério da Defesa. Embora a ESG possua cursos análogos, nossos civis estão sendo designados, pelo menos inicialmente, somente para os cursos da NDU. Por seu turno, a ESG deve reconhecer que seus cursos têm a duração mínima de oito semanas, contra três do CHDS/NDU, o que certamente representa uma ausência indesejável para o desempenho das funções dos candidatos.

De qualquer forma, não se pode inferir como interessante para o Brasil — em especial para a formulação de políticas e estratégias de defesa que, por definição, devem

ser independentes e soberanas — essa quase exclusiva influência norte-americana que vêm recebendo nossos civis integrantes do Ministério da Defesa.

SEÇÃO III – AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Embora com iniciativas relativamente recentes, alguns setores dos meios acadêmicos têm despertado para a necessidade de formar e especializar a já citada massa crítica de civis com conhecimentos em Segurança, Defesa, Política e Estratégia.

Nessa área, o pioneiro e atualmente o maior produtor de conhecimentos é, sem dúvida, o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP). Criado como órgão complementar por portaria de 28 de março de 1985, esse núcleo tem por objetivos a realização de estudos de natureza interdisciplinar, a participação sistemática no debate acadêmico nacional e a divulgação de conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento da Estratégia. Adota como Áreas de Estudo a Estratégia Teórica Contemporânea, a História da Guerra, Política e Estratégia de Defesa, Relações de Força Internacionais, Segurança Pública e as relações entre Forças Armadas e Estado.

Dentre os órgãos das demais universidades que desenvolvem atividades semelhantes, merecem destaque o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Política e Estratégia da Universidade de São Paulo (NAIPPE/USP) e o Grupo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ).

É ainda digno de registro o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Regional de Blumenau (NEE/URB), criado em 01 de setembro de 2001 por iniciativa de estudantes do Curso de Ciências Econômicas, integrantes do Centro Acadêmico Livre de Economia, sob a coordenação do Departamento de Economia.

As universidades privadas também estão despertando para essa área do conhecimento. No Rio de Janeiro, a Universidade Cândido Mendes, por exemplo, está desenvolvendo um bem fundamentado projeto para a criação de um Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UCAM), que em breve estará interagindo com os demais segmentos da sociedade envolvidos com a Segurança e a Defesa, bem como com a estratégia militar.

Determinadas instituições não-vinculadas ao sistema nacional de ensino também desenvolvem expressivos trabalhos na área em tela. No Rio Grande do Sul, destaca-se a Escola Superior de Geopolítica e Estratégia (ESGE), fundada em 1995 e mantida pela Organização para Estudos Científicos. Seu objetivo é difundir informação e conhecimento a pessoas interessados em assuntos de Defesa, Inteligência e Estratégia, promovendo seminários e ciclos de debates, bem como cursos de pensamento estratégico para o Século XXI.

Pode-se inferir, portanto, que os meios acadêmicos brasileiros estão interessados e ávidos por participar da formulação e difusão de conhecimentos nessa sensível área. Nesse contexto, já é patente o surgimento de diversos estudiosos que, pela dedicação, perseverança e capacidade profissional, despontam como autoridades no assunto, credenciadas pelo vasto conhecimento adquirido em pesquisas de expressivo valor para governos de todos os matizes.

Os acadêmicos, porém, tampouco tiveram a oportunidade de servir como membros efetivos do Ministério da Defesa, embora eventualmente tenham sido chamados a participar de determinados estudos e comissões. É lícito afirmar, todavia, que os próximos governos já deverão contar com a salutar presença de alguns desses intelectuais, que têm interagido com surpreendente facilidade com os institutos de altos

estudos militares. Trata-se, uma vez mais, da salutar simbiose entre o civil e o soldado, reunidos no cidadão voltado para a soberania e os interesses maiores de sua Pátria.

Causa preocupação, todavia, que o maior volume de conhecimentos nessa área seja produzido em inglês, principalmente por norte-americanos. Esse fato, aliado ao interesse do CHDS/NDU de influenciar o conteúdo e aplicação dos currículos das universidades brasileiras, poderá restringir a criação de conhecimentos autóctones ou levar à adaptação — quando não a simples cópia — de conceitos, práticas e paradigmas alienígenas, totalmente divorciados da realidade nacional. Por outro lado, é preciso conceder um voto de confiança na capacidade de nossas elites acadêmicas, esperando que, em futuro próximo, esse temor venha a revelar-se como infundado.

SEÇÃO IV – OS INSTITUTOS SUPERIORES DA FORÇAS ARMADAS

As três Forças Singulares mantêm escolas e cursos permanentemente voltados para a Segurança e Defesa em seu mais alto nível. Na Marinha, a Escola de Guerra Naval (EGN) ministra o Curso de Política e Estratégia Marítimas para Capitães de Mar-e-Guerra previamente selecionados e oferece vagas para o Exército, Aeronáutica, Marinha Mercante e servidores civis da Força, bem como para integrantes de outras instituições governamentais, que têm declinado do convite. Além disso, mantém em sua estrutura o Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE), com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a evolução do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), funciona o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) para Coronéis, com vagas oferecidas as outras Forças. Não oferece vagas para civis. Sua estrutura organizacional abriga ainda uma Divisão de Política e Estratégia que, além de ministrar

as disciplinas correspondentes, atua como laboratório de pesquisa para o desenvolvimento do pensamento da Força Terrestre.

A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), por sua vez, é a instituição encarregada de ministrar o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), que também conta com Oficiais-alunos da Marinha e do Exército. Além disso, a Escola administra um Estágio de Atualização, pelo sistema de ensino à distância, para ex-alunos. Não oferece vagas para civis.

Os três cursos em tela têm a duração de um ano letivo e são caracterizados por um intenso intercâmbio com o meio civil. Expressiva parcela da carga horária é destinada a palestras e conferências proferidas por personalidades do meio acadêmico e de outras instituições de pesquisa, por empresários e por representantes de instituições governamentais, sempre seguidas de debates enriquecidos por salutar troca de experiências. Como parte do currículo, o Exército e a Aeronáutica incluem ainda um curso MBA, da Fundação Getúlio Vargas, e a Marinha desenvolve um projeto semelhante, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo que o primeiro curso irá funcionar a partir de 2003.

A legislação atual, que inclui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), a Lei de Ensino do Exército (Lei 9.786/99) e a Lei de Ensino da Marinha (Lei 6.540/78), bem como pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação, considera os dois primeiros cursos como de doutorado "stricto sensu". Contudo, um exame de seus currículos permite afirmar que os três podem ser adaptados para "lacto sensu" e oferecidos para civis.

Além disso, essas escolas têm capacidade para organizar e ministrar cursos de pequena duração, específicos para civis, constituindo-se em importante alternativa para a diversificação de institutos superiores de Segurança e Defesa.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

“Ne sutor, ultra crepidam”⁵
(Antigo adágio romano).

O exame do histórico relacionamento entre civis e militares permite inferir que, desde os primórdios da formação de nossa gente, nunca houve significativas diferenças entre um e outro. Vale dizer que os militares sempre se consideraram civis fardados e, estes, militares à paisana. Contudo, as últimas décadas — caracterizadas pelo período da Revolução Democrática de 31 de março de 1964 e pela Nova República — foram estigmatizadas por diversos embates, envolvendo as Forças Armadas e determinados setores da classe política e dos meios acadêmicos.

Esses contenciosos foram desenvolvidos numa trama de ideologias que, apesar da derrocada do socialismo comunista em âmbito mundial, deixaram anacrônicos ressentimentos, em especial da parte desses civis, hoje habilmente influenciados pela nova ordem internacional, sob a égide da potência hegemônica mundial.

Nesse contexto, o reordenamento político-institucional do Estado brasileiro — reconhecidamente importante para o posicionamento do País em face dos inéditos desafios que se descortinam nesse novo século — tem sido marcado por iniciativas que buscam “subordinar o poder militar ao poder civil”, de maneira a manter os cidadãos fardados afastados do centro do poder.

⁵ Que o sapateiro não vá além das sandálias.

Os militares, por sua vez, cientes de suas potencialidades e ansiosos por um salutar afastamento político-partidário, buscam contribuir para a conformação de um ambiente que implique em total dedicação das Forças Armadas à sua principal atividade-fim, qual seja a defesa contra as ameaças externas.

Assim, os últimos anos registram o advento de um diversificado arcabouço normativo para o setor de Segurança e Defesa, que inclui: a criação, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, antes separadas; a instalação do Conselho de Defesa Nacional e da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no âmbito da Presidência da República; e a instituição do Ministério da Defesa, pela primeira vez no Brasil reunindo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica em uma única Pasta. Nesses órgãos, os civis são responsáveis pela formulação e a condução de algumas das principais políticas para o setor militar, consolidando uma tendência que, ao que tudo indica, deve continuar.

Essa elite política, todavia, deve estar convenientemente preparada para os desafios e pesados encargos que essas funções impõem. Atributos importantes podem estar presentes — como flexibilidade, determinação e perseverança — mas serão insuficientes, caso não sejam complementados com os complexos conhecimentos exigidos para o setor. A Segurança é um bem precioso e demasiadamente frágil. Não é lembrada quando é efetiva e está presente, mas a História registra que sua perda normalmente implica em sacrifícios tão pesados, que os povos jamais perdoaram eventuais falhas dos governantes por ela responsáveis.

As pesquisas apresentadas revelam, porém, que para a fiel execução da tarefa, o perfil acadêmico-profissional dos civis integrantes desse especial segmento político deixa a desejar. Embora Segurança e Defesa sejam matérias multidisciplinares, que envolvem amplos setores da Pátria, a formulação e condução de suas políticas devem

estar embasadas por sólidos conhecimentos específicos, característicos de instituições especializadas. Foram analisados currículos de parlamentares, ministros e civis comissionados em cargos equivalentes a Oficiais-Generais e Capitães de Mar-e-Guerra, e as conclusões indicam um perfil acadêmico-profissional distante do esperado, permitindo afirmar ser necessário o desenvolvimento de uma política específica de formação de uma massa crítica de civis, oriundos de todos os setores da sociedade, de maneira que, independentemente do governo instalado e das tendências partidárias, haja cidadãos credenciados a exercer essas importantes funções.

Os primeiros caminhos apontam claramente para a Escola Superior de Guerra. Não há dúvida de que a ela cabe protagonizar, no âmbito do governo, as ações de formulação e condução de uma nova política de especialização de civis em Política e Estratégia, especialmente voltadas para a Segurança e a Defesa Nacionais. Para isso, contudo, algumas mudanças devem ser efetuadas.

Primeiro, é preciso que os cursos sejam atraentes, ou seja, as condições de frequência e as perspectivas decorrentes devem representar uma relação custo-benefício expressivamente vantajosa para os candidatos. Para isso, são propostas algumas medidas:

- o diploma da ESG, ou seu equivalente, deve ser um dos principais itens do currículo de um civil que aspire servir ao governo nessa área, bastando, para isso, um decreto presidencial nesse sentido;

- os cursos devem acarretar um mínimo de afastamento compulsório — ainda que temporário — do profissional que se disponha a frequentá-los; para isso, é preciso que a ESG crie novos cursos e seminários, com durações semelhantes aos da NDU, ou programe suas aulas, por exemplo, somente para as noites de sextas-feiras e para os sábados, como fazem outras instituições de ensino de pós-graduação;

- a ESG deve oferecer determinados cursos em Brasília, à noite ou em fins-de-semana, facilitando o acesso àqueles que estão fisicamente próximos do poder central;

- os currículos da ESG devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação como cursos de extensão, pós-graduação, mestrado ou doutorado, para todos os fins; para isso, se necessário, podem ser articulados convênios com as universidades públicas e promovidas as devidas adaptações didático-pedagógicas;

Não parece salutar, todavia, que no País somente uma instituição de alto nível ofereça os cursos em questão. Novas idéias — desejáveis porque possibilitam a evolução das instituições — ocorrem mais freqüentemente quando são produzidas por pesquisadores de variadas origens, adeptos de diferentes correntes, e em ambientes diversos.

Nesse contexto, cabe ao governo federal, por intermédio do Ministério da Defesa, fomentar a instalação e o incremento de núcleos de estudos estratégicos nas principais universidades do Brasil. Uma eficaz política nesse sentido poderia aumentar o número de bolsas de estudo para Estudos Estratégicos, concedidas pelo Ministério da Educação e por outras instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento. O próprio Ministério da Defesa poderia criar uma carteira de bolsas para o estudo de Política e Estratégia de Segurança e Defesa, além de promover simpósios e seminários, em âmbito nacional, sobre os temas em tela.

Os cursos da NDU/CHDS podem continuar a ser freqüentados, desde que seus candidatos possuam algum dos equivalentes nacionais e não haja, para isso, despesas adicionais. É pertinente, todavia, sugerir que o Ministério da Defesa determine aos ex-alunos de instituições estrangeiras a apresentação de relatórios detalhados sobre os assuntos tratados, de maneira a coletar subsídios que permitam ações de reorientação e salvaguarda dos interesses nacionais.

Os institutos de ensino superior das Forças Armadas — EGN, ECEME e ECEMAR — poderão desempenhar importante papel para a formação e especialização de civis em Segurança e Defesa Nacionais. Seus cursos de Política e Estratégia já representam uma importante diversificação de correntes em relação à ESG e é cada vez mais acelerado o intercâmbio com os meios acadêmicos, em especial com os núcleos de estudos estratégicos das universidades.

Em face desse desiderato, uma nova legislação de ensino deverá proporcionar as condições para que os cursos de Política e Estratégia venham a ser freqüentados por civis, com o reconhecimento de seus diplomas, no nível considerado, junto ao sistema nacional de ensino.

A exemplo do que foi proposto para a ESG, essas escolas também poderão, se necessário, criar e oferecer cursos específicos para civis, de curta duração. Além disso, deve ser ainda incrementada a realização de simpósios e seminários, os quais já têm sido promovidos pelas atuais direções, com expressivo êxito junto aos meios universitários e demais instituições de pesquisa. Todavia, como uma das prioridades de uma adequada política para o setor, torna-se importante o apoio do Ministério da Defesa, particularmente no que se refere ao estímulo, preparo e condução desse tipo de atividade, emprestando aos institutos das Forças Singulares o inestimável prestígio político do governo federal.

O progressivo envolvimento de civis com a Segurança e Defesa Nacionais é uma tendência desejada pela sociedade em geral e pelos militares, em particular. Torna-se imprescindível, todavia, uma urgente e adequada política de especialização de pessoal, para que essa tendência seja consolidada.

Considerado isoladamente, o conhecimento será insuficiente para lograr a eficácia requerida pelo Estado. O novo arcabouço legislativo, totalmente implementado nos

últimos dois períodos governamentais, requer mudanças de atitudes e comportamentos. Trata-se de aproximar todos os cidadãos que labutam no setor de Defesa, revivendo a histórica e salutar simbiose entre o civil e o militar.

ANEXO A

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CREDN)



SENADO FEDERAL/2002

PRESIDENTE: Senador Jefferson Peres**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Gilberto Mestrinho	AM	Mauro Miranda	GO
Iris Rezende	GO		
João Alberto Souza	MA	Pedro Simon	RS
José Sarney	AP	Roberto Requião	PR
Sérgio Machado	CE	Wellington Roberto	PB
Valmir Amaral	DF	Nabor Júnior	AC

PFL			
		Jorge Bornhausen	SC
Bernardo Cabral	AM	Bello Parga	MA
Romeu Tuma	SP	Waldeck Ornelas	BA
José Agripino	RN	Geraldo Althoff	SC
José Coelho	PE	Paulo Souto	BA

Bloco Parlamentar PSDB/PPB			
Geraldo Melo	RN	Artur da Tavola	RJ
Lúdio Coelho	MS	Teotônio Vilela Fl	AL
José Serra	SP	Freitas Neto	PI
Ari Stadler	SC	Luiz Otavio	PA

Bloco de Oposição			
Geraldo Cândido	RJ	Eduardo Suplicy	SP
Jefferson Peres	AM	Emília Fernandes	RS
Tião Viana	AC	Álvaro Dias	PR

PSB			
Roberto Saturnino	RJ	Ademir Andrade	PA

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 - Ala Alexandre Costa - Sala 07**Secretária:** Maria Lúcia Ferreira de Mello**Fonte:** Secretaria-Geral da Mesa - Subsecretaria de Comissões

ANEXO B

SENADO FEDERAL

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
PROFISSÕES DOS TITULARES

PRESIDENTE: Senador Jefferson Peres

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza

SECRETÁRIA: Maria Lúcia Ferreira de Mello

TITULARES	PROFISSÃO
PMDB	
Gilberto Mestrinho (AM)	Auditor Fiscal
Iris Rezende (GO)	Advogado – Pecuarista
João Alberto Souza (MA)	Economista
José Sarney (AP)	
Sérgio Machado (CE)	Administrador de Empresas – Economista – Empresário
Valmir Amaral (DF)	Economista
PFL	
Bernardo Cabral (AM)	Advogado – Psicólogo e Assistente Social
Romeu Tuma (SP)	Advogado e Policial
José Agripino (RN)	Engenheiro Civil
José Coelho (PE)	
BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB	
Geraldo Melo (RN)	Técnico em Planejamento e Desenvolvimento Econômico – Agropecuária
Lúdio Coelho (MS)	Agropecuária
José Serra (SP)	Economista
Ari Stadler (SC)	Farmacêutico e Bioquímico – Administrador de Empresas
BLOCO DE OPOSIÇÃO	
Geraldo Cândido (RJ)	Sindicalista metroviário
Jefferson Peres (AM)	Advogado
Tião Viana (AC)	Médico
PSB	
Roberto Saturnino (RJ)	Engenheiro Civil

ANEXO C

SENADO FEDERAL

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
QUADRO-SÍNTESE DAS PROFISSÕES
(TITULARES)

PRESIDENTE: Senador Jefferson Peres

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza

SECRETÁRIA: Maria Lúcia Ferreira de Mello

ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Advogado	4
Economista	4
Agropecuária	3
Administrador de Empresas	2
Engenheiro Civil	2
Auditor Fiscal	1
Empresário	1
Farmacêutico e Bioquímico	1
Médico	1
Psicólogo e Assistente Social	1
Policia	1
Sindicalista metroviário	1
Técnico em Planejamento e Desenvolvimento Econômico	1

Observações: a) Cinco senadores têm duas atividades profissionais
b) Um senador tem três atividades profissionais

ANEXO D

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CREDN)

CÂMARA DOS DEPUTADOS/2002

Presidente: Aldo Rebelo (PCdoB)**1º Vice-Presidente:** Neiva Moreira (PDT)**2º Vice-Presidente:** Jorge Wilson (PSDB)**3º Vice-Presidente:** Elcione Barbalho (PMDB)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
Átila Lins/AM	Abelardo Lupion/PR
Claudio Cajado/BA	Aldir Cabral/RJ
Francisco Rodrigues/RR	Aracely de Paula/MG
Heráclito Fortes/PI	João Carlos Bacelar/BA
Joaquim Francisco/PE	José Carlos Fonseca Jr./ES
José Thomaz Nonô/AL	Luciano Pizzatto/PR
Mário de Oliveira/MG	Ney Lopes/RN
Werner Wanderer/PR	Robson Tuma/SP
PSDB	
Antonio C. Pannunzio/SP	Antonio Feijão/AP
Arnon Bezerra/CE	Antonio Kandir/SP
Feu Rosa/ES	Dr. Heleno/RJ
Jorge Wilson/RJ	Itamar Serpa/RJ
Luiz Carlos Hauly/PR	Manoel Salviano/CE
Paulo Kobayashi/SP	Vicente Arruda/CE
Sampaio Dória/SP	Vicente Caropreso/SC
Yeda Crusius/RS	Zulaiê Cobra/SP
PMDB	
Alberto Fraga/DF	Augusto Franco/SE
Dolores Nunes/TO	Edison Andrino/SC
Elcione Barbalho/PA	Igor Avelino/TO
Hélio Costa/MG	Renato Vianna/SC
José Lourenço/BA	4 vagas
Leur Lomanto/BA	
Marcelo Barbieri/SP	
1 vaga	

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Aloizio Mercadante/SP	Fernando Gabeira/RJ
Milton Temer/RJ	José Dirceu/SP
Nilmário Miranda/MG	José Genoíno/SP
Paulo Delgado/MG	Luiz E. Greenhalgh/SP
Waldir Pires/BA	Marcos Rolim/RS
PPB	
Cunha Bueno/SP	Celso Russomanno/SP
José Teles/SE	José Egydio/RJ
Marcus Vicente/ES	Júlio Redecker/RS
Odelmo Leão/MG	2 vagas
Vittorio Mediolli/MG	
PTB	
José Carlos Martinez/PR	Murilo Domingos/MT
Oswaldo Sobrinho/MT	Vilmar Rocha/GO
Sérgio Reis/SE	1 vaga
Bloco PDT, PPS	
Jair Bolsonaro/RJ	Airton Cascavel/RR
Neiva Moreira/MA	Airton Dipp/RS
Rubens Bueno/PR	Salomão Gurgel/RN
Bloco PL, PSL	
De Velasco/SP	Alceste Almeida/RR
Haroldo Lima/BA	Cabo Júlio/MG
1 vaga	Magno Malta/ES
Bloco PSB, PC do B	
Aldo Rebelo/SP	Alexandre Cardoso/RJ
Eduardo Campos/PE	Givaldo Carimbão/AL
Pedro Valadares/SE	Tânia Soares/SE

Secretário: Fernando Luiz Cunha Rocha

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125

ANEXO E

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
FORMAÇÃO ESCOLAR DOS TITULARES

☒ Presidente: Aldo Rebelo (PCdoB)

☒ 1º Vice-Presidente: Neiva Moreira (PDT)

☒ 2º Vice-Presidente: Jorge Wilson (PSDB)

☒ 3º Vice-Presidente: Elcione Barbalho (PMDB)

TITULARES	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	OUTROS
PFL					
Átila Lins (AM)	- Direito - Economia				
Claudio Cajado (BA)	- Direito				- Inglês
Francisco Rodrigues (RR)	- Agronomia	- Desenvolvimento rural e urbano			- Política de Desen. Rural - Extensão rural
Heráclito Fortes (PI)					- Direito (incompleto)
Joaquim Francisco (PE)	- Direito				
José Thomaz Nonô (AL)	- Direito		- Direito		
Mário de Oliveira (MG)					- Pastor evangélico
Werner Wanderer (PR)					- Técnico em contabilidade

PSDB					
Antonio Carlos Pannunzio (SP)	- Engenheiro metalúrgico	- Engenheiro de segurança			
Arnon Bezerra (CE)	- Médico	- Cirurgia			
Feu Rosa (ES)	- Engenheiro	- Sociologia do Desenvolvimento	- Engenharia industrial	- Pesquisa operacional	- Estruturas e edificações - Custos como instrumento de controle e decisão
Jorge Wilson (RJ)	- Direito				
Luiz Carlos Haully (PR)	- Educação Física - Economia	- Técnica desportiva			
Paulo Kobayashi (SP)	- Geografia	- Sociologia - Psicologia da Educação			- Antropologia e Etnologia do Brasil - Fundamentos de Petrologia, Geologia e Pedologia - Cultura religiosa - Economia (incompleto)
Sampaio Dória (SP)	- Direito				
Yeda Crusius (RS)	- Economia	- Economia (USP) - Economia (Univ. Colorado- EUA)	- Economia		- Estatística

PMDB					
Alberto Fraga (DF)	- Formação de Oficiais PMMG - Direito	- Educação Física do Exército	Aperfeiçoamento de Oficiais de Polícia	- Superior de Polícia	
Dolores Nunes (TO)	- Direito				- Serviço Social (incompleto)
Elcione Barbalho (PA)	- Pedagogia				- Administração escolar
Hélio Costa (MG)	- Ciências e Artes				- Produção de TV (EUA) - Humanismo (EUA) - Correspondente internacional (EUA)
José Lourenço (BA)	- Economia				
Leur Lomanto (BA)	- Direito				
Marcelo Barbieri (SP)	- Administração de Empresas	- Estratégia Global de Negócios			
1 vaga					
PT					
Aloizio Mercadante (SP)	- Economia		- Economia	- Economia	
Milton Temer (RJ)	- Formação de Oficiais de Marinha				
Nilmário Miranda (MG)	- Jornalismo	- Ciência Política			- Comunicação Popular (Equador)
Paulo Delgado (MG)	- Ciências Sociais		- Ciências Políticas		
Waldir Pires (BA)	- Direito				

PPB					
Cunha Bueno (SP)	- Economia				
José Teles (SE)	- Administração de Empresas - Contabilidade				
Marcus Vicente (ES)	- Direito				- Profissionais de vendas - Gerência de vendas - Relações humanas - Supervisor de vendas - Árbitro de futebol
Odelmo Leão (MG)					- Ensino médio
Vittorio Mediolli (MG)					- Direito (incompleto) - Filosofia (incompleto)
PTB					
José Carlos Martinez (PR)	- Administração de Empresas				
Osvaldo Sobrinho (MT)	- Economia - Estudos Sociais - Direito				
Sérgio Reis (SE)					- Ensino médio

Bloco PDT, PPS					
Jair Bolsonaro (RJ)	- Formação de Oficiais do Exército		- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército		
Neiva Moreira (MA)	- Jornalismo				
Rubens Bueno (PR)	- Letras				- Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)
Bloco PL, PSL					
De Velasco (SP)	- Direito - Comunicação Social				
Haroldo Lima (BA)	- Engenharia				
1 vaga					
Bloco PSB, PC do B					
Aldo Rebelo (SP)	- Direito				
Eduardo Campos (PE)	- Economia				- Direito (incompleto)
Pedro Valadares (SE)	- Direito	- Direito penal			- Direito Constitucional - Administração Municipal

=> Secretário: Fernando Luiz Cunha Rocha

=> Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125

ANEXO F

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
QUADRO-SÍNTESE DAS GRADUAÇÕES
(TITULARES)

Presidente: Aldo Rebelo (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Neiva Moreira (PDT)
2º Vice-Presidente: Jorge Wilson (PSDB)
3º Vice-Presidente: Elcione Barbalho (PMDB)

GRADUAÇÕES	NÚMERO
- Direito	15
- Economia	8
- Agronomia	1
- Engenharia	3
- Medicina	1
- Educação Física	1
- Geografia	1
- Pedagogia	1
- Ciências e Artes	1
- Administração de Empresas	3
- Jornalismo	2
- Ciências/Estudos Sociais	2
- Letras	1
- Comunicação Social	1
- Formação de Oficiais (Exército, Marinha e Polícia Militar)	3

Secretário: Fernando Luiz Cunha Rocha
=> **Local:** Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125

Observações: a) Quatro deputados possuem duas graduações;
b) Um deputado possui três graduações;
c) Cinco deputados não possuem curso superior.

ANEXO G

ÉLCIO ÁLVARES – “CURRICULUM VITAE”

Primeiro Ministro de Estado da Defesa da Nova República e primeiro a reunir as três Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) em uma única pasta.

Nome: *Elcio Alvares*

Naturalidade: *Ubá -MG*

Data de nascimento: *28 de setembro de 1932*

Filiação: *Ulysses Alvares e Maria Rangel*

Cônjuge: *Irene Rozindo Alvares*

Filhos: *Elcio Alvares Filho e Alexandre Rozindo Alvares*

FORMAÇÃO:

Faculdade de Direito do Espírito Santo

CONDECORAÇÕES:

- *Sócio honorário, conferido pela Associação Espírito-Santense do Ministério Público (Vitória, 27/10/78);*
- *Sócio honorário, conferido pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Espírito Santo (Vitória, 28/10/78);*
- *Medalha do Mérito Tamandaré, da Marinha de Guerra do Brasil;*
- *Medalha do Congresso Nacional;*
- *Medalha da Inconfidência;*
- *Comenda Pedro I;*
- *Medalha Vasco Fernandes Coutinho - Polícia Militar do Espírito Santo;*
- *Medalha da Ordem Jerônimo Monteiro, Grão-Mestre (1975-1979);*
- *Título de cidadania de quase todos os municípios capixabas;*
- *Grã-Cruz da Ordem Municipal do Mérito Luiza Grinalda, por serviços prestados ao município de Vila Velha (23/05/91);*
- *Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (12/08/91);*
- *Medalha da Ordem do Mérito Naval, Grande-Oficial (11/06/93);*
- *Medalha do Pacificador (19/11/93);*
- *Grã-Cruz da Ordem Rio Branco (20/04/94);*
- *Medalha da Ordem do Mérito Forças Armadas (25/06/94);*
- *Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial (21/10/94);*
- *Medalha do Mérito Industrial/95 (29/07/95) - FINDES;*
- *Cruz do Mérito Judiciário - Associação dos Magistrados Brasileiros (27/10/97);*
- *Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção (01/04/98);*
- *Condecoração da Ordem Nacional do Mérito, Grande-Oficial, do Governo do Paraguai (13/10/98);*
- *Ordem do Mérito das Forças Armadas (21/01/99);*
- *Ordem do Mérito Militar – Grau Grã-Cruz (16/04/99);*
- *Medalha D. Pedro II (02/07/99);*
- *Ordem do Mérito Aeronáutico – Grau Grã-Cruz (22/10/99); e*
- *Ordem do Mérito Ministério Público Militar – Grau Grã-Cruz (27/10/99).*

HISTÓRICO:

Advogado formado pela Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo, militou em quase todas as comarcas do Estado. Professor do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha e jornalista profissional, foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, entre 1963 e 1964. Foi Membro do Conselho Diretor da Universidade do Distrito Federal, cursista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG/ES em 1971 e Procurador do Instituto Brasileiro do Café – IBC, de 1953 a 1987. Em 1994 foi Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. No mesmo ano, foi o Coordenador da Comissão Especial criada pelo Presidente da República para propor medidas objetivas e emergenciais destinadas a solucionar problemas de assistência médica e hospitalar no País.

Exerceu diversos cargos eletivos: entre 1966 e 1970 foi suplente de Deputado Federal; Deputado Federal em 1970 e de 1971 a 1974. Entre 1975 e 1979 foi Governador do Estado do Espírito Santo, quando criou o Bairro Boa Vista (PROFILURB), primeiro projeto de lotes urbanizados do Brasil; construiu, praticamente, a 2ª Ponte, ligando Vitória a Cariacica e a Vila Velha, em colaboração com o Governo Federal; idealizou, planejou e iniciou a construção da 3ª Ponte, que liga Vitória a Vila Velha, tendo concluído cerca de um terço da obra, a qual é considerada a maior da engenharia do Espírito Santo.

Exerceu o mandato de Senador da República, pelo Partido da Frente Liberal, de 1991 a 1999, ao longo do qual exerceu a Vice-Liderança do PFL, de 1991 a 1993, e a Liderança do Governo no Senado, de 1995 a 1998. Foi membro titular, representante do Senado Federal, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de 1995 a 1998. Possui intensa vida parlamentar, tendo exercido as funções de membro titular e suplente das principais comissões técnicas permanentes e temporárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, dentre as quais merecem destaque a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás (1992-1993) e a Comissão Especial do Senado Federal incumbida de apreciar o afastamento do Presidente da República (processo de impeachment - 1992), das quais foi Presidente.

Em 1º de janeiro de 1999 foi escolhido pelo Senhor Presidente da República para o cargo de Ministro de Estado Extraordinário da Defesa e, em 10 de junho do mesmo ano, quando foi criado em caráter definitivo o Ministério da Defesa brasileiro, assumiu a titularidade da Pasta, até 24 de janeiro de 2000.

(Fonte: Internet - página oficial do Ministério da Defesa: <http://www.defesa.gov.br>)

ANEXO H

GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO – “CURRICULUM VITAE”

Segundo Ministro de Estado da Defesa da Nova República

Nome: *Geraldo Magela da Cruz Quintão*

Naturalidade: *Taquaraçu de Minas (MG)*

Data de nascimento: *1º de julho de 1935*

Cônjuge: *Sra. Dineuza Lisboa de Melo Quintão*

FORMAÇÃO:

- ✓ *Colégio do Caraça, em Minas Gerais - primeiros estudos - de 1946/1949;*
- ✓ *Concursado do Banco do Brasil, em 1955;*
- ✓ *Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1961;*
- ✓ *Curso de especialização na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em Direito Público (Administrativo e Tributário) e em Direito Privado (Civil e Comercial);*
- ✓ *"Honoris Causa" do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra - (Brasil 500 anos).*

CONDECORAÇÕES:

- *Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Judiciário Militar (Grande-Oficial);*
- *Colar do Mérito Judiciário "Ministro Pedro Lessa" - TRF/3ª Região;*
- *Ordem do Mérito de Dom Bosco - TRT/10ª Região (Grande Cruz);*
- *Ordem do Mérito Naval (Grande-Oficial);*
- *Ordem do Mérito Militar (Grande-Oficial);*
- *Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande-Oficial);*
- *Ordem do Mérito Forças Armadas (Grande-Oficial);*
- *Grande Medalha da Inconfidência;*
- *Medalha Mérito Tamandaré;*
- *Medalha do Pacificador;*
- *Ordem do Mérito Ministério Público Militar (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Judiciário Militar (Grã-Cruz);*
- *Legião do Mérito do Engenheiro Militar (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Militar (Grã-Cruz);*
- *Ordem do Mérito Naval (Grã-Cruz);*
- *Planalto Honorário da Ordem do Planalto, do GTE da Aeronáutica ;*
- *Ordem do Mérito Brasília (Grã-Cruz);*
- *Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra;*
- *Ordem do Mérito Aeronáutico (Grã-Cruz);*

- *Medalha Tratado de Madri/Presença Militar na Amazônia (Prata), da Casa da Moeda do Brasil - (Comemorativa dos 250 anos da assinatura);*
- *Medalha da Universidade Vasile Goldis de ARAD, da Romênia;*
- *Medalha Santos Dumont, do Governo do Estado de Minas Gerais (Grau Ouro);*
- *Medalha do Centro da Comunidade Luso-Brasileira, de Belo Horizonte - Minas Gerais (Comemorativa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil);*
- *Ordem do Mérito das Comunicações (Grau Grã-Cruz).*

PRINCIPAIS ATIVIDADES E CARGOS EXERCIDOS:

- *Advogado do Banco do Brasil, de 1963 a 1977;*
- *Consultor jurídico de empresas até agosto de 1988;*
- *Advogado militante em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro até julho de 1993 em Direito Público e Direito Privado;*
- *Sócio efetivo do Instituto dos Advogados de São Paulo;*
- *Membro da Academia de Letras do Banco do Brasil;*
- *Membro do Conselho Fiscal da Fundação Banco do Brasil (até 1993);*
- *Membro do Conselho Orientador da Fundação Antonio e Helena Zerrenner (Licenciado);*
- *Subassessor Jurídico Regional e Chefe da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (até 1988);*
- *Consultor Jurídico Geral do Banco do Brasil - de 1988 a 1993;*
- *Conselheiro Fiscal da Fundação Banco do Brasil (até 1993);*
- *Palestrante e conferencista;*
- *Advogado-Geral da União, de 06 de julho de 1993 a 24 de janeiro de 2000;*
- *Membro do Conselho de Governo desde 1993;*
- *Membro nato do Conselho de Defesa Nacional desde 24.01.2000;*
- *Presidente da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, realizada em Manaus-AM - de 16 a 21.10.00;*
- *Presidente do IV Fórum dos Ministros de Defesa dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito da CPLP - de maio de 2001 a maio de 2002.*

CARGO ATUAL:

- *Ministro de Estado da Defesa, nomeado em 24.01.2000, pelo Decreto de 19.01.2000.*

(Fonte: Internet - página oficial do Ministério da Defesa: <http://www.defesa.gov.br>)

ANEXO I

DADOS SOBRE OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS NO MINISTÉRIO DA DEFESA

	CARGO ATUAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CURSO DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DAS 101.6	Secretário	Engenharia Mecânica	
DAS 101.5	Chefe de Gabinete/GAB	Engenheiro Agrônomo	Mestrado em Economia (Gestão Econômica do Meio Ambiente)
DAS 101.5	Dir. Dep. de Orçamento e Finanças/SEORI/DEORF	Bacharel em Ciências Econômicas	
DAS 101.5	Consultor Jurídico	Bacharel em Direito	Lato Sensu Especialização em Direito de Empresa
DAS 101.5	Secretário/CISET	Bacharel em Ciências Contábeis	
DAS 101.5	Dir. Dep. de Adm. e Legislação/SEORI/DEPAD	Bacharel em Ciências Econômicas	
DAS 102.5	Assessor Especial/GABMIN	Bacharel em Direito	
DAS 102.5	Assessor Especial/GABMIN	Bacharel em Comunicação	Sociologie Politique et des Relations Internationales; Mestrado em História.
DAS 102.5	Assessor Especial/SEORI/GAB	Bacharel em Administração de Empresas; Bacharel em Administração Pública.	Curso de Comércio Exterior.
DAS 102.5	Assessor Especial/GABMIN	Engenheiro Químico	Lato Sensu em Relations Internacionales
DAS 101.4	Gerente no Gabinete do Ministro	Bacharel em Direito	
DAS 101.4	Coordenador-Geral de Assuntos Institucionais e Judiciais/CONJUR	Bacharel em Direito	
DAS 101.4	Gerente de Projeto/SELOM/DepCT	Engenheiro de Geodésia e Topografia	
DAS 101.4	Gerente/GAB	Ciências Contábeis	Especialização em Orçamento Governamental
DAS 101.4	Gerente/SEORI	2º Grau (não possui formação acadêmica)	

DAS 101.4	Gerente/DEORF/SEORI	Processamento de Dados; Bacharelado em Relações Internacionais	Especialização em Análise de Sistemas; Especialização em Comércio Exterior; Especialização em Informática Aplic. à Adm.
DAS 101.4	Chefe de Gabinete/SEORI	Bacharel em Ciências Contábeis	
DAS 101.4	Gerente do Dep. de Adm e Legislação/SEORI	Administração; Engenharia Florestal.	Strictu Sensu em Administração
DAS 101.4	Gerente/GAB	Bacharel em Administração	Mestrado em Psicologia Organizacional; Especialização em Administração; Lato Sensu Gestão da Qualidade; Extensão Formação para Gerentes do Bco Central; Organização e Método; e Formação em Inglês.
DAS 101.4	Gerente de Orientação e Avaliação/CISET	Bacharel em Administração	
DAS 101.4	Gerente/DEORF	Bacharel em Administração de Empresas	
DAS 101.4	Gerente de Projeto/SEORI	Bacharel em Engenharia Aeroespacial; Bacharel em Matemática	
DAS 101.4	Gerente/GAB	Licenciatura Plena em Matemática	Tecnologia do Ensino; Ciência da Computação; e Mestrado em Ciência da Computação
DAS 101.4	Gerente de Projeto/SECONSIPAM	Bacharel em Engenharia Elétrica	
DAS 101.4	Assessor Parlamentar/ASPAR	Superior	
DAS 101.4	Gerente do Departamento de Administração/SEORI	Bacharel em Administração	Lato Sensu em Economia do Setor Público.
DAS 102.4	Assessor do Chefe de Gabinete	Bacharel em Direito	Lato Sensu Direito Processual Civil; Extensão Introdução Crítica ao Direito.
DAS 102.4	Assessor do Ministro da Defesa	Psicologia (Incompleto)	
DAS 102.4	Assessor/DEPAD/SEORI	Bacharel em Direito	
DAS 102.4	Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa	Bacharel em Direito	Administração Contábil e Financeira
DAS 102.4	Assessor/GABMIN	Geógrafo	

Fonte: Ministério da Defesa – Gabinete do Ministro

ANEXO J

**DADOS SOBRE OCUPANTES DE CARGOS COMISSIONADOS NO
MINISTÉRIO DA DEFESA**

SÍNTESE DO PERFIL ACADÊMICO

FORMAÇÃO ACADÊMICA	CURSOS DE EXTENSÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO
Engenheiro Mecânica	
Engenheiro Químico	Lato Sensu em Relations Internacionales
Engenheiro Agrônomo	Mestrado em Economia (Gestão Econômica do Meio Ambiente)
Engenheiro Elétrico	
Engenheiro de Geodésia e Topografia	
Engenheiro Aeroespacial; Bacharel em Matemática	
Bacharel em Matemática	Tecnologia do ensino; ciência da computação; Mestrado em ciência da computação.
Bacharel em Direito (4)	
Bacharel em Direito	Administração Contábil e Financeira
Bacharel em Direito	Especialização em Direito de Empresa
Bacharel em Direito	Direito Processual Civil; Extensão Introdução Crítica ao Direito.
Bacharel em Ciências Econômicas (2)	
Bacharel em Ciências Contábeis (2)	
Bacharel em Ciências Contábeis	Esp. em Orçamento Governamental
Bacharel em Administração; Engenheiro Florestal.	Strictu Sensu em Administração
Bacharel em Administração; Bacharel em Administração Pública.	Curso de Comércio Exterior.
Bacharel em Administração	Mestrado em Psicologia Organizacional; Especialização em Adm; Gestão da Qualidade; Formação para Gerentes do BC; Organização e Método; e Inglês.
Bacharel em Administração	Lato Sensu em Economia do Setor Público
Bacharel em Administração (2)	
Processamento de Dados; Bacharel em Relações Internacionais	Análise de Sistemas; Comércio Exterior; Especialização em Info Aplicada à Adm.
Bacharel em Geografia	
Bacharel em Comunicação	Sociologie Politique et des Relations Internationales; Mestrado em História.
Superior (sic)	
Psicologia (incompleto)	" <i>não possui formação acadêmica</i> "
Ensino médio	" <i>não possui formação acadêmica</i> "

Fonte: Ministério da Defesa – Gabinete do Ministro

BIBLIOGRAFIA

1. BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (Brasil). **O Exército na História da Brasil**. Salvador, BA: Odebrecht, 1998. 3 v. : il. col.
2. BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
3. _____. Decreto nº 893, de 12 de agosto de 1993. Aprova o Regulamento do Conselho de Defesa Nacional. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 22 de maio de 2002.
4. _____. Decreto nº 3.203, de 8 de outubro de 1999. Dispõe sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 30 de maio de 2002.
5. _____. Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000. Aprova a Estrutura Regimental e os Quadros Demonstrativos dos Cargos do Ministério da Defesa e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 22 de maio de 2002.
6. _____. Escola de Guerra Naval. **FI-215 A 1998. Guia para a elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
7. _____. **FI-219 A 2001. Guia para a elaboração de referências bibliográficas**. Rio de Janeiro, 2001.
8. _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. Brasília, DF, 1964.
9. _____. _____. Brasília, DF, 1985.
10. _____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 10 de junho de 2002.
11. _____. Lei nº 6.540, de 28 de junho de 1978. Dispõe sobre o ensino na Marinha. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 23 de julho de 2002.
12. _____. Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 10 de maio de 2002.

13. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 23 de julho de 2002.
14. _____. Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército. **Presidência da República**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em 23 de julho de 2002.
15. _____. Presidente (1995 – 2002: Fernando Henrique Cardoso). **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
16. _____. **Programa Avança Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.
17. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Apresenta informações oficiais sobre as atividades da câmara baixa do Parlamento brasileiro e sua estrutura organizacional, bem como de seus integrantes. Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 04 de junho de 2002.
18. CENTER FOR HEMISPHERIC DEFENSE STUDIES (CHDS). Centro para Estudos de Defesa do Hemisfério, na Universidade de Defesa Nacional dos Estados Unidos da América. Apresenta a composição, as atividades, os membros e as publicações desse centro. Disponível em <<http://www3.ndu.edu/chds>>. Acesso em 30 de maio de 2002.
19. CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Org). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 360p.
20. COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a Política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. 207 p. (Brasil — Análise e Crítica).
21. COSTA, Antônio Fernando da. **Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografias, trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e editoração de livros**. 2 ed. Rio de Janeiro: Unitec, 1998. 260p.
22. ESCOLA SUPERIOR DE GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA. Apresenta informações sobre atividades, cursos e eventos, bem como da mantenedora. Disponível em <<http://defesanet.web.terra.com.br/esge>>. Acesso em 10 de junho de 2002.
23. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Apresenta informações sobre a estrutura organizacional, as atividades, os cursos, os alunos e ex-alunos, a biblioteca e as publicações dessa escola. Disponível em <<http://www.esg.br>>. Acesso em 2 de junho de 2002.
24. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

25. FREYRE, Gilberto. **Forças Armadas e Outras Forças**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1966. 203 p.
26. GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 184p.
27. HAYES, Robert Ames. **Nação armada: a mística militar brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991. 266 p. (Biblioteca do Exército; 592. Coleção General Benício; v. 278).
28. MATSUDA, Rui Yutaka. **A participação da sociedade civil na formulação e condução da Política de Segurança Nacional: situação atual, necessidades e possibilidades**. 1999. 45 p. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) – Curso de Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares, Rio de Janeiro, 1999.
29. MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O jogo da verdade**. 2. Ed. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970. 110p.
30. MICHAELIS: **dicionário: inglês-português, português-inglês**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.
31. MINISTÉRIO DA DEFESA. Apresenta informações oficiais sobre as atividades da Pasta e sua estrutura organizacional, bem como do atual e do antigo ministro. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em 30 de maio de 2002.
32. NÚCLEO DE ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (NAIPPE/USP). Apresenta artigos e informações sobre eventos e publicações desse núcleo da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.usp.br/naippe>>. Acesso em 07 de junho de 2002.
33. NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (NEE/UNICAMP). Apresenta informações sobre atividades, membros, projetos, eventos, artigos e publicações desse núcleo da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <<http://www.unicamp.br/nee>>. Acesso em 07 de junho de 2002.
34. NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (NEE/URB). Apresenta informações sobre atividades e eventos desse núcleo da Universidade Regional de Blumenau. Disponível em <<http://www.furb.br/calecob/nee>>. Acesso em 7 de junho de 2002.
35. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis: Vozes, 1976. 136p. (Sociologia Brasileira, v.6).
36. PROENÇA, Domicio Júnior, DINIZ, Eugênio. **Política de defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 152 p.
37. SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1982. 163 p. (Coleção temas brasileiros; v. 12).

38. SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931. 231 p.
39. SENADO FEDERAL. Apresenta informações oficiais sobre as atividades da câmara alta do Parlamento brasileiro e sua estrutura organizacional, bem como de seus integrantes. Disponível em <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em 03 de junho de 2002.
40. SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 346 p.
41. SOUTO, A. Maior. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, 429 p.
42. STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Tradução de Ítalo Ronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 222p.
43. _____. **The Military in Politics: changing patterns in Brazil**. Princeton, New Jersey, EUA: Princeton University Press, 1974. 312 p.
44. UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES (UCAM). Apresenta informações sobre estrutura organizacional, atividades, cursos, eventos e publicações dessa universidade. Disponível em <<http://www.ucam.br>>. Acesso em 11 de junho de 2002.
45. VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. 212 p.



